

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ALINE PEREIRA DE SOUZA
LÍGIA RIBEIRO SANTANA
MARIJANE RIBEIRO OLIVEIRA
PAMELA GUIMARÃES DA SILVA

**OS IMPACTOS CONTRIBUTIVOS DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR
REALIZADO PELA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL
ALBERT SABIN E DO AMBULATÓRIO ALBERT SABIN NA PROMOÇÃO DA
INCLUSÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA
COGNITIVA.**

DUQUE DE CAXIAS
2019

ALINE PEREIRA DE SOUZA
LÍGIA RIBEIRO SANTANA
MARIJANE RIBEIRO OLIVEIRA
PAMELA GUIMARÃES DA SILVA

**OS IMPACTOS CONTRIBUTIVOS DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR
REALIZADO PELA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL
ALBERT SABIN E DO AMBULATÓRIO ALBERT SABIN NA PROMOÇÃO DA
INCLUSÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA
COGNITIVA.**

Monografia apresentada ao Curso de
Serviço Social da Universidade do
Grande Rio *Prof. José de Souza
Herdy*, como parte dos requisitos
Parciais para a obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Erica Silva de Oliveira

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NUCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

S729i Souza, Aline Pereira de.

Os impactos contributivos do trabalho interdisciplinar realizado pela equipe multiprofissional da Escola Municipal Albert Sabin e do Ambulatório Albert Sabin na promoção da inclusão social das crianças e adolescentes com deficiência cognitiva / Aline Pereira de Souza, Lúgia Ribeiro Santana, Marijane Ribeiro Oliveira, Pamela Guimarães da Silva. – Duque de Caxias, 2019.
77 f. : il. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.
“Orientadora: Profa. Erica Silva de Oliveira”.
Bibliografia: f. 70-74.

1. Serviço social. 2. Inclusão social. 3. Educação especial. 4. Pessoas com deficiência. I. Santana, Lúgia Ribeiro. II. Oliveira, Marijane Ribeiro. III. Silva, Pamela Guimarães da. IV. Oliveira, Erica Silva de. V. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy. VI. Título.

CDD – 361.3

**Aline Perreira de Souza
Ligia Ribeiro Santana
Marijane Ribeiro Oliveira
Pamela Guimarães da Silva**

**OS IMPACTOS CONTRIBUTIVOS INTERDISCIPLINAR, REALIZADO PELA
EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL ALBERT SABIN
E DO AMBULATÓRIO ALBERT SABIN NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO
SOCIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA
CONGNITIVA**

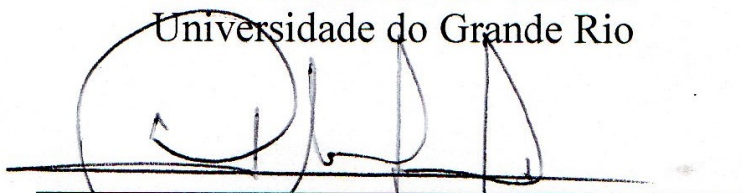
Monografia apresentada ao
Curso de Serviço Social da
Universidade do Grande Rio
Prof. José de Souza Herdy,
como parte dos requisitos
parciais para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado com grau 9.0 (nove) em 28 de maio de 2019.

Banca Examinadora:



Prof.^a Erica Silva de Oliveira
Universidade do Grande Rio



Prof. Adriano Pereira Basilo de Oliveira
Universidade do Grande Rio



Prof. Diego Augusto Rivas dos Santos
Universidade do Grande Rio

Dedico este trabalho às nossas famílias, por sua capacidade de acreditar e investir em nós. A Supervisora de campo Denize do Nascimento, pelo incentivo e aos companheiros de turma pelo apoio constante.

AGRADECIMENTOS

A Olorum Oya e Oxum por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presente.

A minha orientadora Érica Silva aos Coordenadores Adriano Pereira e Diego Rivas, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Aline Pereira de Souza

AGRADECIMENTOS

É terminado, um ciclo de muitas risadas, choro, felicidade e frustrações. Sendo assim, dedico este trabalho a todos que fizeram parte desta etapa da minha vida. Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter iluminado o meu caminho, que meu deus saúde e forças para superar todos os momentos difíceis a que eu me deparei ao longo da minha graduação.

Agradeço aos meus familiares por serem essenciais na minha vida por me incentivarem a ser uma pessoa melhor e não desistir dos meus sonhos e principalmente pela paciência que tiveram comigo durante essa pesquisa, por aturar meu mal humor.

Quero agradecer a minha professora orientadora Erica Silva, pelo empenho dedicado ao nosso projeto de pesquisa, e ao Professor Diego Rivas, e o Coordenador Adriano pelos conselhos, ajuda e as considerações, durante aos estudos e elaboração do TCC.

Também gostaria de deixar um agradecimento especial a instituição de pesquisa Albert Sabin e a Assistente Social Denise por possibilitar a execução deste trabalho científico, dando auxílio necessário para elaboração da pesquisa.

As minhas amigas de trabalho e parceiras de pesquisa, Aline Silva, Marijane Oliveira e Pamela Guimarães por toda a ajuda e apoio durante este período tão importante da minha formação acadêmica, e que estiveram comigo no decorrer do semestre para rir, chorar, se desentender às vezes, enlouquecer sempre, mas desistir, nunca!

Não cheguei aqui sozinha, algumas pessoas foram fundamentais e essenciais para que esse momento se tornasse inesquecível. E são para essas pessoas que dedico todo meu sucesso, muito obrigada!

Ligia Ribeiro de Santana

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos primeiramente a Deus, que me deu força, sabedoria, para continuar nas horas mais difíceis. Agradeço a universidade Unigranrio pela oportunidade de fazer o curso de serviço social agradeço ao corpo docente, a direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior agradeço a professora Érica Silva que nos orientou, com muito empenho e dedicação. A todos da biblioteca pelo apoio. Agradeço a todos os professores, a minha mãe que esteve sempre presente nas horas fáceis e nas horas difíceis, me incentivando agradeço ao meu esposo ao meu filho que estava sempre presente pra me ajudar a conquistar esse sonho. Agradeço a todos que diretamente ou indiretamente fizeram parte da minha caminhada. O meu muito obrigado.

Marijane Ribeiro de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu o dom da vida e me tens me abençoado todos os dias com o seu amor infinito e bondade, que me deu saúde e forças para superar todos os momentos difíceis que me deparei ao longo da minha graduação.

Sou grato aos meus familiares que me apoiaram muito com palavras de incentivo, por estarem ao meu lado nos momentos e que não me deixaram ser vencida pelo cansaço. Obrigada ao meu namorado Humberto Sandes, que me estimulou durante todo período, que se desdobrou em esforços para me ajudar, e confiou que eu seria capaz de chegar até aqui e não me deixou desistir.

Obrigada a professora e orientadora Erica Silva pela confiança e incansável dedicação, ao professo Diego Rivas e coordenador Adriano Oliveira por compartilharem sua sabedoria e suas experiências.

E as minhas parceiras de pesquisa Aline Silva, Marijane Oliveira e Ligia Santana que compartilharam comigo risadas, choros e tensões dessa tão desafiadora vida acadêmica, e que fizeram toda a diferença não deixando a peteca cair. Minha eterna gratidão!

No fim tudo dá certo!

Pamela Guimarães da Silva

RESUMO

A presente monografia teve como objetivo analisar os impactos contributivos no trabalho interdisciplinar da equipe na promoção da inclusão social da Escola Municipal Albert Sabin. Para alcançar esse propósito foram realizadas entrevistas com os técnicos que atuam na Escola Municipal Albert Sabin. Buscamos, ainda descrever os principais enfrentamentos e embates sofridos a partir das correlações de força e poderes estabelecidos institucionalmente, bem como individualizar as ações e interlocuções no atendimento das necessidades das pessoas com deficiência. Com isso o trabalho teve como proposta refletir sobre a prática da equipe interdisciplinar e reafirmar o quanto uma ação sincronizada pode promover a inclusão social das crianças e adolescentes atendidas com deficiência na instituição.

Palavras- chave: Educação, Inclusão Social, Educação Especial, Pessoa com deficiência.

ABSTRACT

The objective of this monograph was to analyze the impacts on the team's interdisciplinary work in promoting the social inclusion of Albert Sabin Municipal School. To achieve this purpose, interviews were conducted with the technicians who work at Albert Sabin Municipal School. We also seek to describe the main confrontations and clashes suffered from institutionally strengthened correlations and powers, as well as to identify actions and dialogues in meeting the needs of people with disabilities. The purpose of this study was to reflect on the practice of the interdisciplinary team and to reaffirm how a synchronized action can promote the social inclusion of children and adolescents with disabilities in the institution.

Key words: Education Policy, Social Inclusion, Special Education, People with Disabilities.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CBA – Ciclo Básico de Alfabetização

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

COEDI – Coordenação de Educação Infantil

CORDE – Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

DPE – Departamento de Políticas Educacionais

IBC – Instituto Benjamin Constant

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INES – Instituto Nacional da Educação dos Surdos

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NAAH/S – Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação

ONU – Organização das Nações Unidas

PNE – Plano Nacional de Educação

PNIPPD – Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

PNS – Pesquisa Nacional de Saúde

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SEE – Secretaria de Educação Especial

SEF – Secretaria de Educação Fundamental

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem industrial

UNE – União Nacional Estudantil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – O PROBLEMA.....	17
1.1 Apresentação do Problema.....	17
1.2 Relevância do Estudo.....	19
1.3 Objetivos.....	21
1.3.1 Objetivo Geral.....	21
1.3.2 Objetivo Específico.....	21
CAPÍTULO II – REVISÃO DE LEITURA.....	22
2.1 Debate Sobre a Política de Educação e seu Processo Histórico...	22
2.2 O Surgimento da Educação Especial no Brasil.....	35
2.3 A Inclusão Social no Brasil.....	41
2.3.1 As Diretrizes Institucionais para a Inclusão da Pessoa com deficiência.....	43
2.3.2 A Pessoa com Deficiência e sua defesa segundo o ECA.....	46
2.4 A Prática do Serviço Social no Âmbito da Educação Especial.....	49
2.5 Família e Sociedade.....	50
2.5.1 Os Desafios Familiares e Intrafamiliares diante do Diagnóstico....	53
CAPÍTULO III – PESQUISA DE CAMPO.....	56
3.1 Metodologia.....	56
3.2 Método.....	56
3.3 Tipos de Pesquisa.....	57

3.4	Universo/Amostra.....	57
3.5	Instrumento/Procedimento.....	58
3.6	Análise de Dados.....	59
3.6.1	Eixo 1. Os desafios enfrentados pela equipe interdisciplinar no âmbito institucional diante da articulação com a busca de recursos para âmbito do desenvolvimento do processo de intervenção.....	59
3.6.2	Eixo 2. Os impactos dos projetos sociais e como as políticas públicas vêm contribuindo na vida dos usuários.....	61
3.6.3	Eixo 3. Fatores que provocam a evasão escolar e os desafios enfrentados pela equipe.....	63
3.6.4	Eixo 4. Elementos que impactam no âmbito familiar, intrafamiliar e comunitária após o diagnóstico e qual aparato da sociedade para lidar com uma família que tem um filho com deficiência.....	64
	Considerações Finais.....	68
	Referências Bibliográficas.....	70
	Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	75
	Apêndice A – Roteiro de Entrevista com Equipe de Serviço Social.....	77

INTRODUÇÃO

O interesse da pesquisa surge a partir de inquietudes ou indagações oriundas das experiências de estágio em Serviço Social de uma das autoras deste trabalho no contexto escolar, da Escola Municipal Albert Sabin, que tem como demanda o atendimento de pessoas com deficiência.

A partir deste trabalho, apresentamos as questões que surgem diante do campo empírico do assistente social, diante dos desafios na busca de recursos, para desenvolver metodologicamente suas estratégias interventivas para atender as diversas demandas, tanto institucionais na busca da efetivação das políticas públicas, e no que se referem ao atendimento as famílias, crianças e adolescentes acerca da exclusão social, diante do diagnóstico das doenças cognitivas.

No capítulo I discorremos acerca da problematização deste trabalho, o que nos impulsionou a abordar a questão das pessoas com deficiência, principalmente no que tange o atendimento multidisciplinar na Escola Municipal Albert Sabin e no ambulatório Albert Sabin.

Deste modo, no capítulo II realizamos uma revisão de literatura pondo em destaque a discussão acerca da Política Nacional de Educação, onde realizamos uma contextualização do contexto histórico desta política desde o período colonial até os dias atuais. Explicitamos sobre a Educação Especial num segundo momento, visto que o surgimento da mesma impacta diretamente sobre este trabalho, haja vista a necessidade de versarmos sobre a inclusão social no Brasil, para que possamos observar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e pontuamos também as diretrizes da política de educação, referidas no ECA para a inclusão das crianças e adolescentes deficientes, mais precisamente sobre pessoas com deficiência cognitiva, que é uma das maiores demandas dentro da instituição. Nesta esfera damos destaque à compreensão da prática metodológica do Serviço Social dentro das políticas de educação especial e suas estratégias, contextualizando a importância do acolhimento dessas famílias e compreender seus impactos, ou seja, o que acontece com a família após o diagnóstico. Diante do nível social, os pais se separam como fica a situação econômica dos mesmos e o aparato da sociedade para lidar com uma família que tem um filho com deficiência.

E no capítulo III pontuamos quanto à metodologia do trabalho, e como ponto de partida o método crítico dialético para a apreensão da totalidade do objeto a ser

estudado, discorreremos a seguir sobre a importância e a contribuição do trabalho realizado pela equipe interdisciplinar da Escola Municipal Albert Sabin e Ambulatório Albert Sabin que foi inserido posteriormente dentro da unidade educacional para atender as necessidades das crianças e adolescentes inseridos na rede educacional, que também promove ações e projetos onde se estende as redes adjacentes, orientando sobre seus direitos, encaminhando para as áreas necessárias à promoção da inclusão dentro das políticas públicas e projetos sociais necessários na busca da emancipação e uma melhor qualidade de vida das crianças e adolescente com deficiências cognitivas onde buscamos nossa análise dos dados.

No qual pontuamos no primeiro eixo sobre os desafios enfrentados pela equipe interdisciplinar no âmbito institucional na concepção da equipe técnica, onde os profissionais contribuíram com seu conhecimento para nossa pesquisa.

O segundo eixo vem explicitando a respeito dos impactos dos projetos sociais e como as políticas públicas vêm contribuindo na vida dos usuários. Através das indagações feitas à equipe técnica acerca da contribuição desse projeto a pessoa com deficiência na Escola Municipal Albert Sabin, os entrevistados alegaram que o projeto visa garantir o exercício dos direitos fundamentais da população, previsto na Constituição Federal de 1988, através da inclusão, mediante a garantia de acesso à educação.

O terceiro eixo questiona os fatores que provocam a evasão escolar e os desafios enfrentados pela equipe diante desta. A equipe técnica tem por finalidade levar a equidade social e visando avançar na busca da evasão escolar e ampliação do acesso à educação às pessoas com deficiência na Escola Municipal Albert Sabin.

O quarto eixo vem mostrando os Elementos que impactam no âmbito familiar, intrafamiliar e comunitária após o diagnóstico e qual aparato da sociedade para lidar com uma família que tem um filho com deficiência. Segundo a equipe técnica a atuação nestes espaços vem promovendo diversas possibilidades para que sejam alcançadas as garantias de direitos as pessoas com deficiência assim sendo o atendimento público devem ter como perspectiva fundamental o exercício da cidadania.

Nas considerações finais esperamos levantar o debate relevante para que os profissionais possuam mais consciência de seu papel, orientando as pessoas com deficiência quanto à efetivação dos direitos mais básicos e a dignidade da pessoa humana. Diante da mesma, reunimos informações importantes sobre o modo de

organização e funcionamento da Escola Municipal Albert Sabin em busca de futuras pesquisas mais rebuscadas, contribuindo para que outros espaços educacionais que também necessitam de um olhar mais clínico, tenham maior implementações de projetos que atendam a este público em específico.

CAPÍTULO I – O PROBLEMA

1.1. Apresentação do Problema

A importância dessa monografia que se designa como referência em uma pesquisa científica, busca abordar as demandas existentes diante das experiências de campo de estágio¹ e dar notoriedade ao trabalho realizado pela equipe pedagógica da Escola Municipal Albert Sabin, com o intuito de produzir material de pesquisas acadêmicas para futuros formandos em Serviço Social que também possam obter mais dados científicos, evidenciando a necessidade de Assistentes Sociais atuando na área educacional especial e regular, na promoção de projetos sociais, voltados para as crianças e adolescentes portadores de algum tipo deficiência e regulares, para além entendermos o processo de inclusão na escola que atua em parceria com o ambulatório, e como a equipe multidisciplinar e o Serviço Social possibilitam a inclusão social e a acessibilidade aos direitos às políticas públicas. Foi possível presenciar os atendimentos realizados pela equipe Pedagógica, equipes ambulatoriais e Assistentes Social da Instituição, atuando quanto observadoras acadêmicas, acompanhamento do acolhimento aos usuários com deficiência e seus familiares.

Identificamos que os instrumentais utilizados pela equipe técnica são compostos por entrevistas, atendimento aos familiares por meio de anamnese no qual a intervenção ocorre através da identificação da demanda pertinente ao usuário e através do diagnóstico multidisciplinar, a equipe demanda os encaminhamentos necessários aos usuários e suas famílias, onde a metodologia do projeto oferta a população que ali é atendida, assegurando a esse usuário a garantia de acesso a seus direitos constitucionais, premissa também do fazer profissional do Assistente Social no qual destacamos o artigo III do código de ética profissional: “*ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadora.*”.

E desta forma, tivemos a oportunidade de nos aproximar da realidade das crianças e adolescentes atendidos nas unidades.

¹ Cabe ressaltar que a experiência de estágio se configurou no Ambulatório Albert Sabin, e que este serviço encontra-se inserido à Escola Municipal Albert Sabin, ao qual deferimos como objeto de estudo visto a importância da política de educação inclusiva à pessoa com deficiência.

A partir da participação nesses atendimentos, tivemos a oportunidade de compreender os desafios presentes no cotidiano das pessoas com deficiência e perceber os diversos implicativos que provocam a evasão escolar e a não inclusão aos tratamentos necessários. Sendo assim, partimos da hipótese que os fatores que ocasionam tal situação podem estar relacionados aos infortúnios diversos que ocorreram em suas vidas, mas também ao processo de exclusão que ainda perdura em nossa sociedade.

Ressaltamos que a pessoa com deficiência, sofre com a falta da efetivação das políticas públicas e projetos que realmente atendam às suas necessidades, levantamentos vêm mostrando um aumento da população de pessoas com deficiência, e em especial obtivemos dados do IBGE (2018), sobre a taxa de crianças e adolescentes com deficiência, a pesquisa revela que do trimestre encerrado em março de 2018 chegou a 6,2%, índice de população com algum tipo de deficiência. A pesquisa Nacional de Saúde – PNS considerou quatro tipos de deficiências: auditiva, visual, física e intelectual = cognitiva, o levantamento feito pelo IBGE, com a parceria do Ministério da Saúde, aponta que 0,8% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, sendo intelectual = cognitiva 0,5% já nasceram com limitações, referente ao total de pessoas com deficiência intelectual, mais da metade 54,8% tem grau intenso ou muito intenso de limitação e cerca de 30% frequentam algum tipo de reabilitação em saúde.

Vale ressaltar, que a Escola Municipal Albert Sabin e o Ambulatório Albert Sabin atendem crianças e adolescentes com deficiência cognitiva², embora decorrente desta desenvolvam deficiências físicas.

Entendemos que a gestão intersetorial amplia as ações educacionais dirigidas aos alunos portadores de deficiência cognitiva contribuindo para a formação desses estudantes, bem como fortalece o acesso às políticas públicas de inclusão social, porém essa estrutura transversal tem sido ameaçada constantemente devido às diversas fragilidades e desafios na implementação das ações intersetoriais, tais como

² Deficiência cognitiva é um termo que se usa quando uma pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento intelectual, para aquisição da aprendizagem e no desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social. Estas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas. (<https://www.institutoinclusaobrasil.com.br/deficiencia-intelectual-ou-atraso-cognitivo/acesso> em 31 de mai de 2019)

ausência de comprometimento igualitário entre os setores e rede, fragmentação das ações e predomínio de abordagens setorializadas e individualistas.

Nesta perspectiva, buscamos aprofundar nossos estudos acerca da realidade do município de Belford Roxo localizado no Estado do Rio de Janeiro, que atualmente atende alguns municípios adjacentes em seus limites, estendendo-se atualmente aos municípios de Duque de Caxias, Magé, Rio de Janeiro, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis e Nova Iguaçu, que compõem os municípios da Baixada Fluminense.

1.2. Relevância do Estudo

Ao abordarmos o tema Pessoa com Deficiência procuramos entender todos os instrumentos necessários que poderíamos destacar sobre o tema, e entender que esses indivíduos carecem de uma atuação pautada na garantia de direitos e que a educação consiste em direito natural garantido a qualquer indivíduo. O nosso objetivo em falar sobre tal tema é expor para alunos, profissionais, futuros interessados a importância da Educação às pessoas com deficiência em nossa sociedade, levando o foco na Escola Municipal Albert Sabin no município de São João de Meriti, onde nos traz inúmeras implicações sobre a temática abordada, pois sabemos que em nossa sociedade, alguns direitos, ainda são respeitados.

Este trabalho, também tem por finalidade, apresentar e tornar público as atividades oferecidas pela Escola Municipal visto ser um espaço de atendimento à população do município de São João de Meriti, nas seguintes frentes de atuação: acesso às informações e esclarecimentos referentes aos direitos da pessoa com deficiência, facilitando o progresso das ações de mecanismos que visem à defesa, promoção e a justiça social, fortalecendo o conceito de cidadania e garantias de direitos individuais e coletivos para os sujeitos de baixa renda, observando também a vulnerabilidade social e a violação dos direitos humanos sofridos no que tange a educação, contribuindo para a formulação e execução de novas políticas públicas voltadas para a defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Frente às possibilidades da atuação profissional, com vista a contribuir na formulação de estratégias para o enfrentamento dos obstáculos que levam projetos como, os aplicados na instituição a sucumbir por falta de visibilidade e efetividade de investimentos físicos os quais necessitam para melhor atender as demandas constantes no cotidiano institucional.

Este estudo é sem dúvidas de suma importância para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas futuras e para ambas as instituições ou para as pessoas que queiram saber mais sobre o assunto.

Acreditamos que trabalho de conclusão de curso, seja relevante para a equipe interdisciplinar da escola e ambulatório, no que tange buscar novas formas de pensar para construir novas estratégias dentro de um viés de unicidade profissional.

Para os usuários esta monografia se revela importante, pois este assume o compromisso e fomentar um novo olhar para o processo de inclusão social, principalmente no espaço acadêmico que deve ser o lugar de construção de meios e saberes esvaziada do senso comum e de percepções preconceituosas.

Enfim, acreditamos que esse trabalho contribua para que haja avanços nas decisões acerca dos projetos voltados as pessoas com deficiência, na luta pela efetivação da legislação e que a práxis profissional seja o meio interventivo de assegurar a garantia a esses usuários os seus direitos.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Analisar os impactos contributivos no trabalho interdisciplinar da equipe, para promoção da inclusão social na Escola Municipal Albert Sabin.

1.3.2. Objetivos específicos

- Identificar os desafios enfrentados pela equipe interdisciplinar da Escola Municipal Albert Sabin na articulação e na busca de recursos para o desenvolvimento do processo de inclusão;
- Entender como os impactos dos projetos sociais realizados na Escola Municipal Albert Sabin e como as políticas públicas vêm contribuindo para a inclusão social das crianças e adolescentes atendidas;
- Apreender os fatores que provocam que as crianças e adolescentes venham da Escola Municipal Albert Sabin, interrompendo seu processo de inclusão educacional;
- Inventariar elementos que impactam no âmbito familiar e comunitário, após o diagnóstico da pessoa com deficiência e o como a família se prepara para lidar com uma pessoa com deficiência.

Capítulo II – Revisão de Literatura

2.1. Debate Sobre a Política de Educação e seu Processo Histórico.

A vivência escolar, é algo único e importante, deveria ser vivenciada por todos, como garantido na Constituição de 1988, observamos então que nosso objeto de pesquisa, as pessoas com deficiência, necessitam de tal preparação e dedicação da equipe pedagógica, apoio especializado, e carecem de adaptação curricular, parâmetros que deveriam ser intrínsecos de suma necessidade, para que o direito a educação lhes seja garantido.

A educação por si só não se constitui, ou embasa alicerces viáveis a evolução de pensamento crítico que possa estabelecer seu modo racional como ser social, são necessários tutores capacitados a, desbarbarizar o intelecto, modificar e desafiar o gosto por saberes intelectuais, individuais ou coletivos, na busca emancipatória ideológica, pontua SASSAKI (1997).

Segundo pesquisas em fontes do Ministério da Educação – MEC, o período colonial (1500 - 1822), onde Brasil ainda era dominado pelos Portugueses e toda sua cultura, não havia nenhum tipo política voltada para educação, toda a forma de instrução era aplicada pelos jesuítas, através da Companhia de Jesus (1549), que catequizavam os índios com intuito de fazer com que se transformassem em cristãos.

No ano de 1570, apenas vinte e um anos após a chegada dos jesuítas, a Ordem já podia contar com cinco escolas de instrução elementar: Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Piratininga; e três colégios: Salvador, Rio de Janeiro e Olinda.

Os Jesuítas, por duzentos e dez anos trabalharam incansavelmente em diversas partes do Brasil, até serem expulsos, em 1759, pelo Marquês de Pombal.

O Plano de Estudos da Companhia de Jesus, historicamente foi o projeto que norteou a vida e as atividades das escolas e colégios da Companhia durante quase dois séculos e meio na Europa e nas regiões do Novo Mundo onde os membros da Ordem atuavam.

Essas propostas foram pouco questionadas e, dada sua seriedade e a obstinação dos membros da Companhia em sistematizar sua pedagogia educacional, fazem com que ainda no século XVI, o modelo seja consolidado. Além de querer livrar as pessoas da ameaça do protestantismo que se alastravam pela Europa, os jesuítas

almejava a formação do homem perfeito, do bom cristão, mas infelizmente, não se preocupavam com a conscientização de seus alunos através da educação.

O analfabetismo predominava nos territórios nacionais, sendo que apenas a burguesia é que dominava o acesso à realização de cursos superiores que aconteciam fora dos domínios nacionais, ou seja, na Europa. Figueira (2005) destaca que com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, notara a necessidade de algum tipo de acesso à educação em nosso país, simples e unicamente para atender as necessidades da corte.

Segundo Figueira (2005) com a presença da Família Real no Brasil houve a necessidade de uma reorganização administrativa e nomeação de pessoas para ocuparem o primeiro escalão dos ministérios criados, bem como a contratação de funcionários para as diversas áreas da administração pública e da justiça. É bom frisar que muitas outras cidades importantes da época foram também beneficiadas por esses atos.

Grandes mudanças de ordem social, política e econômicas foram visíveis, mas é no campo educacional e cultural que nasceram muitas propostas e realizações. Toda Colônia, mas particularmente o Rio de Janeiro, Sede da Corte, será beneficiado por esse desenvolvimento. Afluirá para a nova Sede muita gente em busca de uma boa formação, especialmente as lideranças intelectuais e políticas. Com isso a Colônia, como um todo conhecerá grande progresso. Instituições de nível cultural e educacional serão instaladas, trazendo novos cursos e atividades culturais.

Aos poucos vai se esboçando o que seria chamado de ensino imperial, uma vez que a cada dia que passava o governo português com sede no Brasil. Assim, no que diz respeito à educação, o ensino imperial viria a ser estruturado em três níveis: primário, secundário e superior.

Poucas foram às medidas no ensino imperial para a organização do ensino elementar, ficando grande parte reservada à esfera privada. Devido à extensão do Brasil era de todo impossível disciplinar e organizar, pois além dos escassos recursos financeiros, é grande a carência de recursos humanos e técnicos, por isso, surgem diversas formas educativas. No meio rural as formas e locais de ensinar e aprender serão múltiplas.

Segundo Aranha (2005, p. 155):

Sem a exigência de conclusão do curso primário para o acesso a outros níveis, a elite educa seus filhos em casa, com preceptores. Para os demais segmentos sociais, o que resta é a oferta de pouquíssimas escolas cuja atividade se acha restrita à instrução elementar: ler, escrever e contar.

O governo brasileiro, mesmo diante dos domínios independência de Portugueses em 1822, não se interessou em obter a independência também educacional, pois seus desejos de criar políticas sociais, para os menos abastados eram nulas. Em 1824 quando o governo brasileiro influenciado pelos preceitos liberais surgidos na Europa ficou evidente quando, outorgada a primeira Constituição Brasileira, pois a mesma não menciona nenhum tipo de diretriz voltada à para a criação de políticas educacionais. Neste período fica evidente apenas o interesse na busca por políticas econômicas, pois vive uma enorme crise militar, religiosa e a escravidão, onde a educação era privilégio de poucos.

E com Carta Magna de 1891, a educação passou a ser vista como um direito de todos os brasileiros, mas o governo deixaria para a iniciativa privada a incumbência de atender a demanda educacional, assim como no período que se antecede, inexistia uma política de educação que integrassem Estados e Município para prove-la. Porém, após a Primeira Grande Guerra, fenômenos como a industrialização e a urbanização formaram a nova burguesia urbana, que passou a exigir dos governantes o acesso a uma educação acadêmica e elitista. Por outro lado, o operariado também começou a fazer pressão sobre o governo e passou a exigir um mínimo de escolarização, isso provocou um conflito que desencadeou diversos movimentos políticos e culturais.

Com a forte influência das ideias liberais positivistas surge a esperança da democratização e da transformação societária através da educação, com esses movimentos sociais da época forçaram a municipalização do ensino primário com ênfase no saber científico surgindo assim os intelectuais da educação que fomentavam ideologias para planos de reformas para a educação brasileira. Mas infelizmente a ideologia liberal positivista teve seus ideários institucionais da criação de uma educação ao acesso de todos boicotado pela burguesia, pois, essas escolas permaneceram restritas a classe burguesa, que esqueceram o real objetivo da proposta, onde era tornar a educação algo que chegasse a classe proletária.

O Império chegava ao final do século XIX já completamente decadente, e seus projetos, especialmente os econômicos e políticos, não respondem às necessidades do povo, particularmente da classe média. Essa classe era a mais insatisfeita, mas

não tem forças para derrubar o sistema de governo, pois não possuiu meios de produção nem influência política necessária para tanto. Neste contexto os cafeicultores juntaram-se aos militares, pois muitos desses pertenciam à classe média, buscavam apoio de outros pequenos grupos, também de insatisfeitos e, sem praticamente nenhuma participação popular que proclamaram a República em 15 de novembro de 1889.

Segundo Figueira (2005) proclamada à República foi escolhido o Marechal Deodoro da Fonseca, antigo monarquista e amigo do Imperador, para chefiar no Governo Provisório, este escolheu civis e militares de destaque no movimento republicano para compor seu ministério. Entre os civis estavam os poderosos representantes da aristocracia cafeeira de São Paulo.

De modo geral seu ministério era composto por representantes das elites econômicas e política do Brasil, Floriano Peixoto foi o principal representante dos cafeicultores nos primeiros anos da república. As divergências que nasceram com a república, aumentam e geram uma crise entre os aliados, especialmente entre os cafeicultores, e toma uma nova direção: crescem as disputas entre São Paulo e Minas Gerais, e passa para a história como política do café com leite.

Segundo Figueira (2005, p. 300) “assim nasceu a chamada política do café com Leite, por meio da qual a oligarquia mineira e paulista passou a se revezar no poder até 1930”.

Conhecida como República Velha que segue do período de 1911 a 1930 sob o signo da ordem, da repressão e do conservadorismo foi marcada pela República dos Coronéis ou República do Café com Leite, cujo poder estava nas mãos dos coronéis de São Paulo e Minas Gerais. Esse momento histórico foi marcado por decisões políticas mundiais e nacionais que influenciaram significativamente a educação brasileira. Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais ocorridos no mundo na década de 1930, imprimiram um novo perfil à sociedade brasileira, principalmente a quebra da Bolsa de Nova York (1929), que provocou no Brasil uma grande crise (A crise do café), Isso fez com que o modelo econômico agroexportador fosse substituído pelo nacional-desenvolvimentista, embasado na industrialização. Getúlio Vargas assume o poder em 1930, instituindo um governo centralizador, ditatorial, mas também populista, pois implementou várias leis sociais e trabalhistas que permanecem até hoje (XAVIER, 1999)

O período de 1930 a 1937 com a crise do café, foi marcado pela consolidação do capitalismo industrial no Brasil, que emergiu com a implantação das indústrias de base (siderurgia) e do fortalecimento do Estado, diante destas exigências econômicas, tornou-se necessário que para a viabilização do comércio industrial, os requisitos mínimos educacionais para o manuseio das máquinas eram diferentes dos agrários. O presidente Getúlio Vargas com sua política de nacionalização dos meios de produção necessitava de uma elite intelectual, e para tanto, criou o Ministério da Educação (1930) com o objetivo de propor leis e uma ampla reforma no ensino.

Ainda seguindo os relatos de Xavier (1999) que descreveu o período histórico da educação, algo proeminente em que as principais fontes de estudo da História da Educação são documentos oficiais, como séries legislativas, relatórios, pareceres, projetos de Governo, discursos de autoridades políticas dentre outras em que citam uma criação de Ministérios que foram o da Educação e da Saúde em um momento que o Estado trouxe ações objetivas e fechadas para a educação brasileira, pois tiveram que criar também diretrizes educativas para o campo político e econômico, criando com isso, um ensino mais adequado à modernização que se almejava para o país, mesmo que com o simples intuito de atender as demandas burguesas da época. E de acordo com a autora a estrutura de ensino vigente no Brasil até 1930, nunca se organizou, a educação inexistia para os governantes, apenas havia modelos criados pela união.

A educação alcançou níveis fundamentais, em meados a 1934 e 1935, quando as escolas técnicas se multiplicaram e o ensino primário e secundário também seguiram essa gênese emergente, quando então em São Paulo é fundada a Universidade de São Paulo e em 35 a universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro, neste mesmo período o magistério também ganhou maior atenção.

O processo de educação passou por reformulações no período de 1942 a 1946 com a reforma Capanema, que recebeu o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que também absorvia o Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que caminhavam junto a projetos oficiais, para que as demandas industriais capitalistas fossem atendidas, o que era dever do Estado dar subsídio ao ensino educacional, mas o Estado passou a contar com a colaboração da iniciativa privada. A educação que vigorava nessa época era a educação da obediência, da moral e do civismo.

Diante destas a esquerda e os partidos progressistas propuseram uma reforma geral da educação no Brasil com debate realizado durante a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que culminou numa modificação da Constituição Federal de 1946, criando a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que apesar de tentar ser uma lei liberalizante, humanista e crítica, apenas deu uma vitória para as forças conservadoras e burguesas com sérios prejuízos, pois os recursos eram destinados à educação elitista, tornando escassa a educação para população segundo Shiroma (2005).

Segundo Shiroma (2005), com o surgimento dos movimentos sociais, o país passou por um momento de efervescência, movimentos esses que visavam a alfabetização das massas, com a finalidade de criar uma ideologia política racional e a redução da marginalidade – Movimento em defesa da Escola Pública e o Movimento de Educação Popular. Diante dessas contradições, cresciam as organizações como os sindicatos dos trabalhadores urbanos e rurais, o que culminava numa intensa movimentação no campo cultural e da educação, pois muitos grupos subalternizados se uniram como, Ligas camponesas, estudantes, militares subalternos, organizados fortaleceram a União Nacional Estudantil (UNE).

Porém, o momento democrático que o país vivia não combinava, pois sua estrutura econômica estava em crise pela falta de investimentos externos e a inflação que disparava, com a ditadura emergindo na América Latina, as reformas de base propostas por Jânio Quadros, medidas de contenção financeira e reforma agrária, aliada a uma postura mais progressista e socialista do vice-presidente João Goulart, culminaram no Golpe de 1964, feito pelas bases militares da época.

O Golpe provocou um arrocho salarial, com um modelo concentrador que atingia apenas as camadas subalternas da população, o que fortaleceu o executivo abafando o fortalecimento das propostas voltadas para projetos sociais, tentando calar os sindicatos e os meios de comunicação com a censura e a dissolução de organizações sociais voltadas para a introdução de políticas públicas que atendessem a classe trabalhadora, além de introduzir a prática da tortura o que trouxe para nosso país uma mudança na política educacional.

E a consequência dessa política extremista foi uma forte influência no ensino que sofreu alterações, como vários vetos foram feitos à Lei nº 4.024/61, e o término de seu caráter liberal, dando início a uma nova Lei, a nº 5.692, de 11/08/71. Que instrui um projeto educacional, criado por militares tecnocratas, que visavam apenas atender

as necessidades industriais que necessitavam de eficiência e produtividade, essa nova LDB foi imposta aos moldes autoritários desse novo governo, e é nítido que a maioria dos pesquisadores cita sobre o tema, de que o regime militar se apoiou em suas novas Leis e Diretrizes Brasileiras (LDB), Lei nº 5.540/68 e na Lei nº 5.692/71.

Conforme Shiroma (2005), as reformas de ensino ocorridas nas décadas de 60 e 70 buscaram uma educação para a implantação de um ser obediente e alienado em suas formas de subsistir social e ideologicamente, que expressavam um comportamento vinculado à educação e mercado de trabalho, com mudanças consumistas em seus hábitos, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país.

O ensino obteve algumas vantagens decorrentes desses moldes tecnocráticos, que foram à extensão obrigatória do 1º grau, profissionalização a nível médio para toda a continuidade do sistema educacional que abrangia do nível primário ao nível superior, com participação das empresas na educação, pois visou adequar o nosso modelo econômico ao modelo americano, desenvolvendo um ensino voltado para os modelos empresariais, que trouxeram para nosso país a privatização educacional, aos moldes tecnocráticos com a busca pela eficiência e a produtividade, esses moldes tiveram consenso com o acordo MEC-USAID.

Aliado a esse fato, propostas oriundas de partidos políticos progressistas com pedagogias e políticas educacionais cada vez mais populares e inclusivas, fizeram com que o Estado brasileiro reconhecesse a falência da política educacional, devendo agora ser usada como instrumento capaz de atenuar, em curto prazo, a situação de desigualdade regional e de pobreza nacional, geradas pelas diferenças de concentração de renda existente no país, decorrente do modelo econômico capitalista vigente.

O panorama histórico nos revela que não tem como pesquisar educação especial sem contextualizar as políticas educacionais em toda sua totalidade e historicidade, desde seus primórdios até a atualidade, pois para que se perceba que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão de crianças, jovens e adolescentes, evidenciando para tanto uma educação inclusiva.

Segundo registros históricos do MEC, a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais, no Brasil, até a década de 1950, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir da

década de 1970, que a educação especial passou a ter maior visibilidade em sua totalidade, trazendo à tona a necessidade dos governos para a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

Historicamente final dos anos 1970 e início da década de 1980, a ditadura militar perdia forças e iniciava-se um processo de reconquista da democracia e dos espaços políticos que a sociedade brasileira havia perdido, pois com as fissuras econômicas geraram forte pressão ao regime militar que gerou uma nova perspectiva as demandas sociais, onde a questão social passou a ser tratada como política social, levando em consideração a importância da reorganização e do fortalecimento da sociedade civil, e o discurso da segurança nacional deu lugar a outro que integrava sociedade, desenvolvendo programas dirigidos as classes subalternizadas do país, SHIROMA (2005)

De acordo com as fontes de pesquisas do MEC, a Educação embora tenha mais de um século de história, como cuidado e educação extradomiciliar, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica Inclusiva. A educação da criança de 4 a 6 anos insere-se nas ações do MEC desde a década de 1970, quando foi criada a Coordenação de Educação Pré-Escolar.

Segundo Germano (1994) pontua desde a década de 1970, na área da Assistência Social do Governo Federal outro órgão também que se incumbia do atendimento ao “pré-escolar” por meio de programa específico de convênio direto com instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais que atendiam crianças de 0 a 6 anos das camadas mais pobres da população. O Programa, que previa o auxílio financeiro e algum apoio técnico, foi desenvolvido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) do então Ministério da Previdência e Assistência Social.

No início dos anos 1980 o objetivo das políticas educacionais no Brasil eram a de recolocar a educação no centro das preocupações políticas, devendo constituir-se num mecanismo propulsor para o exercício da cidadania e preparação da força de trabalho como simples forma de aliviar/conter a pobreza e com insistente discurso em torno da melhoria da qualidade de ensino destaca Germano (1994).

A década de 1980 no que tange a Constituição Federal como marco legal de direito, as políticas educacionais foram marcadas por crescente evasão e a repetência que era expressiva, surgindo o Ciclo Básico de Alfabetização – CBA como uma política de oposição ao Regime Militar. O ciclo Básico de Alfabetização implementado (1987-

1990), representou a continuidade da “Reorganização da Escola Pública” pontua Germano (1994).

Conforme Germano (1994), o Ciclo Básico de Alfabetização pretendia assegurar aos alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental, um prazo mínimo de dois anos na alfabetização, com o objetivo de reduzir a reprovação na 1ª série e diminuir o índice de evasão escolar. A LBA foi extinta em 1995, prevalecendo, no entanto, o programa orçamentário para creche no âmbito da assistência social federal.

Germano (1994) afirma que, discussões que vinham sendo feitas em torno da elaboração das Leis e Diretrizes de Base referente às políticas educacionais Nacionais, sobre as demandas dos Estados e Municípios e tendo em vista suas prioridades, o Ministério da Educação, em 1995, definiu a melhoria da qualidade no atendimento educacional às crianças, como um dos principais objetivos e, para atingi-lo, apontou quatro linhas de ação:

- *Promoção da formação e da valorização dos profissionais que atuam nas creches e nas pré-escolas;*
- *Incentivo à elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares;*
- *Criação de um sistema de informações sobre a educação;*

Apoio aos sistemas de ensino municipais para assumirem sua responsabilidade com a Educação Infantil na Política Nacional de Educação Inclusiva (1994).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional evidenciou a importância da Educação Infantil, que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Dessa forma, o trabalho pedagógico adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, a qual seja atender às especificidades do desenvolvimento das crianças, adolescentes e contribuir para a construção e o exercício de sua cidadania através da Política Nacional de Inclusão em 1994.

Essa nova dimensão da Educação articula-se com a valorização do papel do profissional pedagógico, que atua com a criança e adolescente, com exigência de um patamar de habilitação derivado das responsabilidades sociais e educativas que se espera dele. Dessa maneira, a formação de docentes para atuar na Educação Infantil, segundo o art. 62 da LDBN, deverá ser realizada em nível superior, admitindo-se,

como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Pontuada na Política Nacional de Educação Inclusiva (1994).

A Política Nacional de Educação Inclusiva (1994) salienta que a LDBN vinham sendo regulamentada por resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação, pelas Leis Orgânicas Municipais e pelas normas estabelecidas pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação. Essas diretrizes, resoluções e pareceres dizem respeito ao currículo de Educação Infantil, aos aspectos normativos que devem ser considerados pelos sistemas educacionais ao incluírem as instituições de Educação Infantil e à formação inicial do profissional em nível médio e superior.

Em 1998, o MEC, por iniciativa da SEF – Secretaria de Educação Fundamental / DPE – Departamento de Políticas Educacionais / COEDI – Coordenação de Educação Infantil publicou o documento subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação. Essa publicação, organizada por conselheiros representantes dos Conselhos de Educação de todos os estados e do Distrito Federal, com a participação de representantes da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, de membros convidados da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de consultores e especialistas, sob a coordenação de dirigentes do MEC, contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas para a Educação Infantil no Brasil segundo a Política Nacional de Educação Inclusiva (1994).

Em 1998, foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI no contexto da definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais que atendiam ao estabelecido no art. 26 da LDB em relação à necessidade de uma base nacional comum para os currículos. O RCNEI consiste num conjunto de referências e orientações pedagógicas, não se constituindo como base obrigatória à ação docente. Ao mesmo tempo em que o MEC elaborou o RCNEI, o Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, com caráter mandatório. De acordo com a Resolução nº 1 de 07 de abril de 1999, no seu art. 2º:

[...] essas Diretrizes constituem-se na doutrina sobre princípios, fundamentos e procedimentos da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as instituições de Educação Infantil dos sistemas brasileiros de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013)

Ambos os documentos têm subsidiado a elaboração das novas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil. Em 2000, foi realizado o Censo da Educação Infantil pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, com o intuito de se obter informações mais precisas sobre a Educação Infantil no Brasil conforme destacado pela Política Nacional de Educação Inclusiva (1994).

A Constituição Federal atribuiu ao Estado o dever de garantir o atendimento às crianças em creches e pré-escolas no art. 208, inciso IV, especificando que à União cabe prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para garantir equalização das oportunidades e padrão mínimo de qualidade. Especificando ainda mais, determinou que os municípios atuassem prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil pontuado no art. 211, § 2º. A LDB estabelece em seu art. 11 inciso V, que os municípios incumbir-se-ão de:

Oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino apenas quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013).

Como decorrência desta responsabilidade constitucional, o aumento da matrícula de criança na rede pública de ensino deu-se em função do compromisso e da vontade política de gestores públicos municipais que, apesar das restrições orçamentárias, procuraram garantir maior e melhor oferta para a Educação Infantil.

Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação Infantil, que assim se expressa em relação às competências dos entes federados:

Na distribuição de competências referentes à Educação Infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explícitas na co-responsabilidades das três esferas de governo – município, estado e União – e da família. A articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. Quanto às esferas administrativas, a União e os estados atuarão subsidiariamente, porém necessariamente, em apoio técnico e financeiro aos municípios, consoante o art. 30, VI, da Constituição Federal. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013).

Segundo a política Nacional de Educação Inclusiva (1994), a autonomia dos entes federados e o regime de colaboração são dois princípios indissociáveis no

sistema federativo brasileiro. O objetivo comum de garantir os direitos da criança, entre eles o direito à educação, só pode ser alcançado, portanto, mediante a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, de acordo com as definições constitucionais e legais.

“Durante os anos 2000, a era do novo milênio, tem-se uma forte propaganda de slogans que logo se tornariam moda no Brasil: A sociedade da informação e do conhecimento e posteriormente A sociedade da comunicação” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013).

Com as mudanças tecnológicas e científicas, as formas de produção econômica se modificando constantemente, no campo educacional foram realizadas conferências para que a educação viesse acompanhar a globalização e como sempre a atender a demanda capitalista. A Organização das Nações Unidas promoveu conferências como a de Dakar no ano de 2000 – Marco da Ação de Dakar-Senegal, para estabelecerem suas metas de organização educacional, que norteou e definiu as diretrizes das políticas educacionais em países considerados de capitalismo periférico na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em 2000, destacam RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ (2009).

E diante das metas não cumpridas foram reduzidas e os prazos da reformulação educacional adiado até 2015. Dakar (2000) menciona as metas que não conseguiram se efetivar, como citado abaixo:

Entre algumas das metas, estavam: melhorar, em 50% até 2015, a alfabetização de adultos; eliminar, até 2005, as disparidades entre os gêneros; garantir a qualidade da educação para todos; reduzir, pela metade, a pobreza mundial, dentre outros (DAKAR, 2000).

Sabemos que são as organizações internacionais que comandam nossas políticas, buscando meios a atender as novas necessidades do capitalismo, impondo suas regras sob a égide exploratória de produção econômica do capitalista. Como afirma Furtado (2000, p. 19):

“A incapacidade que manifestam atualmente os governos das grandes nações capitalistas para conciliar seus respectivos objetivos de política econômica resulta em parte significativa da orientação assumida pela teoria do crescimento econômico e de sua considerável influência na teoria da política econômica”.

Diante dessas afirmações de Furtado (2000) pudemos constatar que ocorreram transformações na educação em muitos aspectos, como a forma de trazer os pais para o cotidiano escolar dos filhos, o layout da sala de aula, e as relações entre professores e alunos, a responsabilidade mantenedora da educação passa para o Governo do Estado como: Material didático e merenda escolar.

Essas mudanças ocorridas, ainda permanecem em análise de estudiosos sobre o processo histórico e as ações contemporâneas pós-moderna, na busca de perceber a totalidade para a contínua melhoria, da educação no Brasil como afirma Furtado (2000).

[...] mesmo admitindo-se a autonomia relativa do Estado perante suas determinações materiais é preciso ressaltar que essas condições materiais e especificamente as que constituem o modo capitalista, tendem a preservar uma ordem favorável aos interesses da propriedade privada dos meios de produção e do capital. Isso configura a impossibilidade de existirem, nessas sociedades, interesses universalmente comuns (SANFELICE, 2005, p. 90).

No final de 2017 foram homologadas metas que até 2020 as escolas terão que implementar novas modalidades educacionais tais como especificação curricular de educação especial e adequação física para atender crianças regulares e especiais, dando início em 2018, porém entre tanto, existem assuntos a serem, discutidos que ainda passarão por debates antes de serem totalmente efetivadas as Mudanças de Base. (Brasil, 2018).

As mudanças na educação infantil para 2018 devem começar a ser implantadas, na prática, a partir de 2019. Segundo MEC espera-se que cerca de 60% do conteúdo seja baseado nelas, e o restante, definido pelos currículos das redes e escolas. Segundo o MEC, serão liberados R\$ 100 milhões aos municípios e estados, a fim de auxiliar o início da implementação da base já em 2018. (Brasil, 2018).

Baseado nas afirmações sengo portal MEC (2019), estão dando continuidade ao cronograma estabelecido pela Casa Civil, a Secretaria de Alfabetização do MEC está trabalhando agora na elaboração de um caderno explicativo sobre a Política Nacional de Alfabetização para informar à sociedade sobre as vantagens da proposta. Essa Política servirá como marco legal a partir do qual decorrerão os programas e ações para atingir diferentes públicos-alvo, desde a educação infantil até os primeiros anos do ensino fundamental, além da alfabetização de jovens e adultos. (MEC 2019)

2.2. O Surgimento da Educação Especial no Brasil

Segundo cartilha da Política Nacional de Educação Especial de 2008, numa perspectiva do contexto histórico, a educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. (Brasil, 2008)

De acordo, com Carvalho (2000) o surgimento da educação especial no Brasil emergiu em nossa sociedade de forma tardia, pois somente no final da década de 50 e início da década de 60 que se começou uma preocupação com as pessoas com deficiência, sejam elas motora, sensorial ou cognitiva. No entanto, a proposta de uma educação inclusiva já era desenvolvida pelo educador suíço João Henrique Pestalozzi e o educador Friedrich Froebel e quando afirmavam a importância do “respeito à individualidade de cada criança”. Ambos os educadores citados defendiam uma concepção de educação pedagógica diferenciada que irá influenciar após anos a estruturação de uma educação para crianças e adolescentes com deficiência.

Segundo Secretaria de Educação Especial (SEE), o Brasil deu início aos atendimentos às pessoas com deficiência no Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE em 1945 foi criado o primeiro atendimento educacional especializado a pessoa superdotada na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1961, em consequente passa a ser fundamentada o atendimento a pessoa portadora de necessidades especiais, pelas disposições da LDBEN, Lei nº. 7 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. (PNE, 2008).

Com a criação da Lei nº 74.024 de 1961 – LDBEN começou a se desenvolver ações de garantia de direito para as crianças portadoras de alguma deficiência ou superdotadas em escolas regulares, mas na década de 1970 houve um retrocesso no que se refere à proposta inclusão educacional através da Lei nº 5.692/71, essa

apresentou uma contradição, quando comparada à lei anterior ao reforçar a segregação entre os alunos especiais, defendendo a necessidade de um tratamento especializado para esses os alunos, ou seja, a inserção dessas crianças e adolescente não seriam mais nas escolas regulares e sim em instituições que foram criadas para atender a essa demanda. Mas foi criado em 1973 no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, como consequência desse novo olhar sobre a educação especial foi criado o CENESP responsável no Brasil de disseminar o movimento da integração escolar dos indivíduos com restrições físicas ou mentais segundo a Política Nacional de Inclusão 1994.

“A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.”.

Com o passar do tempo na década de 1990, após muitas reivindicações acerca dos direitos e atendimento a nível educacional das crianças e adolescente portadores de necessidade especiais, tendo instituído um documento de suma importância na luta pelos direitos dos portadores de deficiência, em especial as crianças e adolescente, foi o Estatuto da Criança e do Adolescente instituído em 1990, que ressalta a responsabilização dos pais na realização da matrícula dos seus filhos no ensino regular. (Política Nacional de Educação 2008)

E foi com Declaração de Salamanca (1994), que passou a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. (Política Nacional de Inclusão 2008, p.19).

A Declaração de Salamanca (1994), aferiu Ações sobre as Necessidades Educativas Especiais foi adaptado pelo Congresso Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizado pelo Governo de Espanhol em colaboração com a UNESCO que em Salamanca, de 7 a 10 de Junho de 1994 realizou-se o tratado mundial com a participação de países signatários como Brasil, tratado esse que

consistia em estabelecer uma política para delinear junto aos governos, organizações internacionais, organizações de apoio nacionais, organizações não governamentais e outros organismos, através da implementação da Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática na área das Necessidades Educativas Especiais. O Enquadramento deste tratado inspira-se na experiência a nível nacional dos países participantes, assim como nas resoluções, recomendações e publicações das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais, especialmente nas Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Baseia-se, igualmente, nas propostas, diretrizes e recomendações formuladas nos seminários regionais, preparatórios deste Congresso.

Segundo o artigo 11 desta Declaração faz-se direito de todas as crianças à educação que está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos, ou seja, todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação, os pais têm o direito de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos.

Os princípios orientadores engendram tal documento, cita que as escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas dentre outras. Neste conceito, estende-se a todas as crianças com alguma deficiência, crianças da rua ou crianças que trabalham crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

Diante deste contexto entende-se que as "necessidades educativas especiais" referem-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares, assim como muitas crianças apresentam dificuldades até sociais tais como consequências, e possuam a necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua vida escolar. As escolas terão de encontrar estratégias a sanar essas carências, a promover uma educação de sucesso a estas crianças, incluindo aquelas que apresentem incapacidades graves, baseando-se em um consenso crescente de que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devam ser incluídos nas esferas educacionais, que possuam turmas regulares, ao que conduziu o conceito da escola inclusiva segundo Sassaki (2004).

Dessa forma, entende-se que a Declaração de Salamanca iguala os direitos de todos os indivíduos no que se refere à educação de qualidade, ou seja, norteia-se um caminho basilar para escola inclusiva que deva ser dotada de espaço onde abranja a todos os alunos e que possuam as mesmas oportunidades de ser e estar de forma participativa, onde as oportunidades e acessos educacionais e as características individuais sejam marcados pela igualdade entre as pessoas. Declaração de Salamanca (1994, p. 5) é iniciada com a seguinte ideia:

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que, este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos.

Segundo suas normas, a Declaração de Salamanca (1994), que elenca a necessidade de além de estrutura física adequada, uma escola comum só se torna inclusiva depois que reestruturou também toda equipe pedagógica, com formação especializada para atender às adversidades, em termos de necessidades especiais, não só as decorrentes de deficiência física, mental, visual, auditiva ou múltipla, como também aquelas resultantes de outras condições atípicas, em termos de estilos e habilidades de aprendizagem dos alunos e em todos os outros requisitos do princípio da inclusão, conforme estabelecido no documento, a Declaração de Salamanca e o Plano de Ação para Educação Especial.

Em 1999, segundo constituição de 1988, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, Com a promulgação dessa Lei é criado a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – PNIPPD, que conceitua deficiência como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

Decreto nº 3.298, também dispõe que a educação deve ser viabilizada as pessoas com deficiência de forma prioritária, com a contribuição dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, responsáveis pela Educação. E nesse mesmo tempo foi criada também a Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, órgão responsável pela política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, através da à

Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989. Atualmente esse órgão regulamentador CORDE está incluso na Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério Público da Justiça.

A mesma lei 7.855/89 delegou a competência ao Ministério Público a responsabilidade de para fiscalização das instituições, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades através do inquérito civil e competente Ação Civil Pública, se for o caso.

Como podemos perceber o direcionamento da educação especial no Brasil, tomou caminhos para um processo de igualdade na tentativa de superar a segregação enraizada em nossa sociedade, caminhos que estabeleceram um compromisso com as minorias, incluído neste contexto a pessoa com deficiência.

A educação e o cuidado das crianças/jovens são de responsabilidade do setor educacional; A Educação deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação; A Educação tem função diferenciada e complementar à ação da família, o que implica uma profunda, permanente e articulada comunicação entre elas; É dever do Estado, direito da criança e opção da família o atendimento gratuito em instituições de Educação; A educação da criança e adolescente com necessidades educacionais especiais deve ser realizada em conjunto com as demais crianças/jovens, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, (Política Nacional de Educação, 1994, p.05).

Assim constitui-se a Lei 9394/96 destinada inteiramente à Educação Especial, cujo detalhamento é fundamental, para o entendimento que os alunos com deficiência devem receber, um ensino especializado e preferencialmente na rede regular de ensino, respeitando seus interesses, características, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 2007, p.3).

Somente em 2001 é implantado o Plano Nacional de Educação – PNE que evidencia um grande avanço no que se refere à educação inclusiva, reconhecendo à diversidade humana e as limitações para a efetivação desse processo, podemos citar: a formação ineficiente dos profissionais envolvidos, a falta de acessibilidade e atendimento especializado. (BRASIL, 2007)

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a

promoção da acessibilidade. Em 2004, o Ministério Público Federal divulga o documento: O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular e logo em 2005 houve a implantação dos Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S.

A inclusão defendida pelo PNE é ampla ao defender e mencionar a inclusão da diversidade humana que não está somente limitada às pessoas com deficiência, mas dos “diferentes”, como o homossexual, o negro, o índio, o pobre, dentre outros. (BRASIL, 2008)

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece a Secretaria dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação e da Justiça e a UNESCO elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que defende a inclusão de assuntos relacionados às deficiências no currículo da Educação Básica. (BRASIL, 2008).

Para FERREIRA & FERREIRA (2004) é de se perceber que anteriormente até os dias atuais, a educação nacional vem mostrando o quanto necessita de mudanças para atender a todos os alunos, garantido o desenvolvimento escolar destes, e como nesse sentido, a vontade política para enfrentar um programa em favor das transformações de qualidade tem sido preferida pela opção por políticas que a um custo que não exija ampliação significativa da participação da educação na renda nacional e no orçamento público, privilegiam intervenções que tem sido compensatórias ou orientadoras para ações que possam mostrar números indicativos e maior acesso e permanência dos alunos no sistema escolar.

O processo pedagógico deve considerar as criança/adolescente em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar; as instituições de Educação devem elaborar, implementar e avaliar suas propostas pedagógicas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação especial com a participação das professoras e dos professores; garantir o acesso de crianças/adolescente com necessidades educacionais especiais nas instituições de Educação como FERREIRA & FERREIRA (2004).

O direito do aluno com necessidades educativas especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das

diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir-se socialmente. (Política Nacional de Educação, 2008).

2.3. A Inclusão Social no Brasil

Com o intuito de entendermos sobre o conceito de inclusão social no Brasil iremos abordar primeiro o que se compreende por exclusão social. A terminologia sobre exclusão social é usada para referenciar uma forma específica de desigualdade, onde grupos ou indivíduos acabam sendo excluídos do convívio da sociedade e no Brasil a exclusão social está longe de ser um problema resolvido diante de tanto preconceito e intolerância.

A exclusão social é um processo pelo qual o excluído não possui acesso a direitos que são essenciais como: saúde, educação, lazer, cultura, renda e emprego. Fazendo com que isso o afete diretamente, e em muitos casos gera outros problemas como o isolamento social, a depressão podendo levar até a morte. Conforme Dupas (1999, p. 28) ressalta, “Esses fatores afetam os indivíduos de formas diferentes de acordo com sua inserção na sociedade; seu efeito dependerá da posição de cada indivíduo em termos de relações de produção”.

A Inclusão Social e a Exclusão Social são termos que estão interligados, visto que só é possível incluir uma pessoa que de algum modo foi excluído. De acordo com Bartalotte (2004, p.165), “a inclusão social tem sido um tema amplamente debatido e estudado sob as mais diversas óticas, geralmente contrapondo a noção de exclusão social e entendida como um direito”.

Inicialmente na década de 1960, antes da expressão inclusão social ser utilizada, era usado o termo integração social que buscou inserir as pessoas com deficiência na sociedade, contudo, essa prática visava a integração dos mesmos e com isso se ressaltava que esses indivíduos deveriam passar por um processo de adaptação e reabilitação para se incluir.

Esse processo proposto de integração se mostrou falho e ineficaz no combate à discriminação e na promoção da participação da pessoa com deficiência e ao final da década de 1980 esta terminologia passa não ser mais utilizada, porém não podemos deixar de reconhecer a contribuição que a proposta de integração trouxe para essa temática.

O termo inclusão social surge no século XXI com um novo conceito de integração social, vale salientar, que inclusão social é um termo designado em diversos contextos, mas, de modo geral, é utilizado ao fazermos referência à inserção de pessoas com algum tipo de deficiência, podendo ser física ou mental, tanto nas escolas como também no mercado de trabalho, ou, simplesmente por não terem as mesmas oportunidades dentro da sociedade, por suas condições socioeconômicas, de gênero, raça ou pela falta de acesso à tecnologia.

Assim sendo, a prática da inclusão baseia-se no modelo social de deficiência, que afirma que o maior problema das pessoas com deficiência não está nelas próprias, mas na sociedade. Desse modo:

[...] a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, causando incapacidade (ou desvantagem) [...] em virtude de: seus ambientes restritivos; suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças; seus discutíveis padrões de normalidade; seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico; seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea; sua quase total desinformação sobre necessidades especiais e sobre direitos das pessoas que têm essas necessidades; suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana. (SASSAKI, 1997, P. 47)

Atualmente vivemos em um país onde a diferença é vista pela sociedade como uma imperfeição e essas pessoas são rotuladas pelo sistema vigente. Onde se faz necessário a criação de leis para que essas pessoas tenham acesso as políticas públicas, pois por muitos anos as pessoas com deficiência eram vistas de forma negativa na sociedade.

Portanto, esse sentido negativo, e frequentemente pejorativo, da palavra “deficiente”, existe há uns trezentos anos, não mais do que isso. O prefixo “de” tem um sentido inteiramente negativo, como em derrota, “perda do caminho”, “perda da rota”; deportado, “ter sido mandado embora do porto”; desestruturado, “não estruturado”; deficiente, “não eficiente”. O prefixo “de”, nesse caso, tem o sentido de “não”, portanto uma negação da própria essência da pessoa como pessoa, porque ela está sendo avaliada por algo que não é pessoal, que pertence a uma média e que tem a ver com a produção de efeitos. (D’ AMARAL, 2008, p.28)

Com o processo de inclusão social a sociedade se modifica para atender as pessoas com deficiência. A inclusão social constitui, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas,

decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 1997, p. 41).

É através da inclusão social que os tabus e preconceitos são rompidos, possibilitando a aceitação das diferenças individuais, da valorização de cada pessoa, do convívio dentro da heterogeneidade humana e da aprendizagem por meio da colaboração.

A Inclusão Social está ligada a noção de cidadania plena e a emancipação, portanto, deve ser compreendida como um direito das pessoas em ter acesso às suas necessidades básicas, viver e usufruir dos espaços sociais, os quais não devem ser pensados e planejados apenas para as pessoas que não têm deficiência. Proporcionando aos sujeitos com deficiência usufruir dos bens e serviços produzidos e ofertados pela sociedade sem discriminação, preconceito, bem como aos direitos sociais, sendo alguns deles o direito à educação de qualidade, ao convívio social e ao acesso efetivo ao mercado de trabalho.

Portanto, a inclusão social deve acontecer de forma integral, plena e de caráter verdadeiro, não somente porque existe uma legislação que exige esta conduta da sociedade, mas sim por desejo de uma sociedade realmente inclusiva e digna.

2.3.1. As Diretrizes Institucionais para a Inclusão da Pessoa com Deficiência

No Brasil, a inclusão educacional da pessoa com deficiência é um direito constitucional, todas as pessoas envolvidas nesse processo, as redes de ensino precisam se preparar e se adequar para esta nova realidade, estas diretrizes orientam sobre o atendimento especializado, a necessidade de currículo, métodos, técnicas e recursos educativos que atendam às necessidades dos alunos, estas diretrizes Preveem a aceleração de estudos para os superdotados e a educação especial para o trabalho visando à integração dos alunos com deficiência na vida em sociedade, A Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo MEC em 2008, que orienta a constituição de políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos, diante dos desafios da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (MEC, 2008)

Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), em 6 de julho de 2015 e entrou em vigor em 2 de janeiro de 2016, para que as escolas estejam preparadas para receber todos os alunos, o Programa Escola Acessível promove a acessibilidade ao ambiente

escolar, por meio de salas com recursos multifuncionais e adequação do espaço físico, por exemplo, para atender estudantes com deficiência, (BRASIL, 2002).

A lei propõe um avanço na forma na garantia de direitos e acesso a cidadania das pessoas com deficiência ao tratar de questões relacionadas à acessibilidade, educação e trabalho e ao combate ao preconceito e à discriminação, ao chegar ao Senado, essa diretriz reapresentou a proposta, que acabou sendo finalmente aprovada. Para o senador, a lei é uma revolução que beneficia 46 milhões de pessoas com deficiência, a norma, que também é chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, recebe elogios até mesmo fora do Brasil.

No âmbito da inclusão escolar, a Lei Brasileira de Inclusão obriga as escolas privadas a acolherem, estudantes com deficiência no ensino regular e a adotar as medidas de adaptação necessárias sem que nenhum ônus financeiro seja repassado às mensalidades nem às matrículas.

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), que representa as escolas particulares, questionou a norma por acreditar que ela comprometeria o orçamento dos estabelecimentos de ensino e em junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a exigência, considerando-a constitucional, (MEC, 2008).

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo II da Constituição, que trata dos Direitos Sociais, o inciso XXXI do artigo 7º proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência. No que se refere o artigo 24, inciso XIV, define que é competência da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência. A reserva de percentual de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência é tratada no artigo 37.

A Constituição de 1988, no que tange o debate de “habilitação” e “reabilitação” da pessoa com deficiência, está voltada para as subseções inseridas no campo da Assistência Social, no artigo 203, tendo em vista a promoção e a sociabilização da vida em cooperação comunitária, esta parte cita também, sobre os benefícios voltados para que esta habilitação de promoção social se faça de forma eficaz, onde esses subsídios do governo possam auxiliar na promoção da habilitação e reabilitação do usuário que é de, um salário mínimo mensal para as pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família.

Nesse sentido, na Constituição Federal de 1988 dispõe os direitos básicos e essenciais que foram formalizados, porém algumas medidas de caráter assistencialista ainda são mantidas, pois esses moldes assistenciais ainda são bastantes presentes nas políticas públicas nacionais. (BRASIL, 2012).

Em 2006 aconteceu a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa Com Deficiência: O artigo 24, que aborda a educação, é claro: “Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida”.

Em 2013 Segundo Portal MEC foi realizado pela UNICEF em conferência mundial, Relatório da Situação Mundial da Infância: o documento trouxe informações qualitativas e quantitativas sobre a inclusão de crianças e adolescentes na educação, inclusive no Brasil e logo após em 2015 acontece o encontro para abordarem do Desenvolvimento Sustentável que abrange diversas áreas, mas em especial Educação em sua totalidade e saúde para todos onde dão continuidade aos Objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) que valem de 2015 até 2030.

São 17 objetivos e 169 metas sobre erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, entre outros. O objetivo é assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos afirma MEC (2012):

Até 2030 é posto garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes e eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;

É enfatizado também como meta a construção e a melhora de instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

2.3.2. A Pessoa com Deficiência e sua defesa segundo o ECA

No que tange, o assunto sobre criança e adolescentes que sofrem algum tipo de transtorno seja físico ou mental, segundo o ECA e suas diretrizes de base que envolvem maus-tratos cometidos contra pessoa com deficiência física ou mental ou pelos próprios meios de comunicação, a questão é acerca da proteção é ofertada as crianças e adolescentes que enquadram-se nessa situação e desfrutam à luz dos preceitos do estatuto regido na Lei nº 8069/90.

” A Magna Carta vigente, em seu artigo 196, aponta a saúde como um "direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (Brasil, 2018).

No artigo 227, do texto constitucional refere-se e responsabilizando toda a sociedade, na garantia dos direitos fundamentais a promoção da criança e adolescente. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

E com a Lei nº 8069/90 que é taxativa em diversos meios, exceto em relação ao dever de todos na proteção integral dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

O artigo 4º e 5º, que determina o atendimento de crianças e adolescentes com prioridade absoluta na efetivação dos direitos que abrange a:

Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública e a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas, onde se entende a inclusão preferencial à saúde e educação.

O artigo 7º busca assegurar aos jovens o direito a: “Proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.”.

Já o artigo 11º em seus incisos 1º e 2º, é bem taxativo assinalando importância que têm crianças e adolescentes com deficiência de recebimento de atendimento especializado, sendo de incumbência do Poder Público fornecer gratuitamente

àqueles que necessitarem, e todos os recursos relativos ao tratamento ou reabilitação, sem exclusão de qualquer que seja fornecido pela esfera pública.

Para que seja garantido o direito à saúde da criança e do adolescente com deficiência, faz-se necessário também observar as políticas de atendimento, que abrangem como tópico as políticas sociais básicas, artigo 87, inciso I, da Lei nº 8069/90.

O ECA é enfático onde assegura o tratamento médico para a criança ou adolescente que dele necessitar segundo o artigo 101, inciso V, e caso haja ação ou omissão da sociedade ou do Estado destaca o artigo 98, inciso I. Segundo os termos mundiais, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança – UNICEF, em 20 de novembro do ano de 1989, indica em seu artigo 23 a obrigação que têm os Países signatários de amparar de forma ampla e irrestrita as crianças com deficiência:

1. Os Estados Partes reconhecem que a criança com deficiências físicas ou mentais devem gozar de vida plena e decente em condições que garantam sua dignidade, favoreça sua autonomia e facilite sua participação ativa na comunidade.
2. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança deficiente de receber cuidados especiais e, de acordo com os recursos disponíveis e sempre que a criança ou seus responsáveis reúnam as condições requeridas, estimularão e assegurarão a prestação da assistência solicitada que seja adequada ao estado da criança e às circunstâncias de seus pais ou das pessoas encarregadas de seus cuidados.

Do mesmo modo, afirma-se que, diante da possibilidade de haver qualquer risco potencial ou efetivo para criança e adolescente com deficiência, elenca caminhos para a busca da tutela integral e prioritária, sendo de incumbência de todos buscarem melhores condições para a implementação dos direitos básicos de pessoas nessas condições peculiares de desenvolvimento.

Para tanto, o Ministério Público surge como legítimo representante da criança e adolescentes com deficiência para atingir o que for necessário para que essas pessoas possam atingir um padrão de vida minimamente satisfatório.

Fazendo-se necessário a criação de procedimentos administrativos ou, em último caso, de ações civis públicas de caráter individual com interesses indisponíveis, coletivo ou difuso o Promotor de Justiça, atento ao disposto no artigo 201, inciso V, da Lei nº 8069/90, terá condições de buscar meios para promover a qualidade de vida para aquelas pessoas com deficiência, trazendo-lhes de volta o respeito e a dignidade indispensável à pessoa humana.

Para tanto, os textos constitucionais com o tempo, foram evoluindo no sentido de propiciar a propensão dos interesses fundamentais da criança e do adolescente, transformando-os legitimamente em sujeitos de direitos. Crianças e adolescentes com deficiências, antes relegados a segundo plano na órbita dos direitos fundamentais da pessoa humana, na atualidade possuem aparato jurídicos ao alcance, para a efetivação de soluções para problemas antes infindáveis, decorrentes dos males que os afligem.

Esses direitos transformaram-se em instrumentos basilares, tanto no âmbito administrativo como na esfera judicial, decorrentes de uma política de cooperação em que é formado pela cooperação entre família-sociedade-Estado, trazendo a luz a responsabilidade de todos como forma de estratégias a sanar e atender as necessidades em questão da criança e adolescente com deficiência.

Ressaltando que além do princípio de cooperação do trinômio estabelecido pela Lei nº 8069/90, vale lembrar também o objetivo legal de prioridade absoluta da criança e do adolescente, em relação a inclusão social no que tange a pessoa com deficiência, para aquisição de meios para a readaptação: cadeiras de rodas, próteses, órteses e afins, medicamentos, inserção em tratamentos terapêuticos, tudo com vistas ao alcance de um padrão de vida satisfatório para a emancipação e participação social e comunitária para a criança e adolescente com alguma deficiência, inserindo também não obstante a busca para a inclusão em escolas regulares, com profissionais que possuam formação especializadas, transporte público adequado para o deslocamento dessas pessoas para os institutos de tratamento e unidades de educacionais.

Qualifica-se como um dos parceiros mais atuantes para a busca desses meios, tanto no âmbito administrativo como no judicial, o Ministério Público, que por meio de procedimentos administrativos, os inquéritos ou ações civis públicas, pode gozar de todo aparato para estar trazendo soluções aos problemas vivenciados pela criança e pelo adolescente com alguma deficiência.

Desta forma, consolidam-se os objetivos nomeados legislativamente pela Constituição da República e pela própria Lei nº 8069/90, em que, mediante uma política de interação entre todos e com a união de esforços, são contempladas crianças e adolescentes com alguma deficiência, meios que se tornam suficientes para que se atinja um padrão de vida minimamente digno e respeitável no meio comunitário.

2.4. A prática do Serviço Social no âmbito da Educação Especial

O Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão sócio-técnico do trabalho, o profissional que atua nesta área está sujeito às mesmas determinações que vivem a classe trabalhadora no modo de produção capitalista, como destaca Iamamoto (2015).

Segundo o CFESS (2011), no campo de estágio podemos observar que o trabalho Institucional regula-se no trabalho multidisciplinar, no processo de inclusão da pessoa com deficiência e seus familiares no atendimento prestado, dentre elas: a dimensão pedagógica da Profissão; a interdisciplinaridade entre a política de educação e da assistência; e o referencial legal proveniente de Projetos de Lei em nível nacional ou em determinadas regiões do país, que dispõem a propósito do ingresso de Assistente Social no quadro de profissionais da educação.

Entende-se que a prática profissional deve ser pautada num caráter crítico, investigativo, interventivo e propositivo mediante a realidade social que o usuário nos apresenta. Para tanto como versa o CFESS (2010), faz-se necessário o conhecimento teórico-metodológico para o exercício técnico da profissão, porém encontramos entraves para que haja a execução não somente do trabalho profissional quanto do desenvolvido pela Instituição.

Iamamoto (2015) destaca que o Assistente Social atua em diferentes espaços de trabalho, e os que trabalham com pessoas com deficiência é preciso trabalhar também em favor desses usuários formas que minimizem o preconceito, a discriminação e a exclusão dessas pessoas dentro da sociedade visando à integração dos mesmos em todos os espaços públicos.

No que tange o trabalho realizado pela instituição notamos uma construção coletiva e participativa que envolve usuários, família e comunidade. Esta possui como pressuposto assegurar a pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, por meio das ações socioassistenciais que estimulem o seu desenvolvimento pessoal, social e econômico de seus usuários, através do fazer profissional do Assistente Social.

Netto (2010) discorre que para o profissional atuar em qualquer área da profissão se faz imperativo ter ciência e o suporte do projeto Ético-Político na execução de suas atividades profissionais.

Para Netto (2010) são os projetos profissionais que correspondem à imagem da profissão, que eles nasceram como forma de resguardo à categoria profissional. É o Projeto Ético-Político, que se retrata a atuação ético-político dos assistentes sociais em qualquer área de atuação profissional. Para operar na concretização deste projeto faz-se necessário que o profissional tenha em mente o que é de fato o projeto ético-político, e como este se materializa na prática profissional.

Sposati (2003) pontua que a prática profissional exige, a procura de estratégias teórico-práticas no interior das políticas assistenciais que de uma forma ou de outra influenciam para a solidificação do processo organizativo dos setores populares que se encontram em articulação com os movimentos sociais.

2.5. Família e Sociedade

Neste item, versaremos de forma breve acerca de família, tendo em vista, o papel central que ela assume nessa discussão acerca da pessoa com deficiência. Identificamos, o papel de destaque da família, conforme salientado na Constituição Federal de 1988:

Assim como afirma a CF de (88), fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito. Art. 226 A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Atualmente, existe uma dificuldade em conceituar família, visto que ela sofreu transformações e segundo Mello (2009), família é o núcleo da sociedade, que representa o tipo de comunidade perfeita, porque nela se encontram juntos todos os aspectos da sociedade: econômicos, jurídicos, socioculturais, etc.

A família é o conceito que vem passando por alterações ao longo dos anos e que tem sido objeto de pesquisa no campo das ciências humanas com diferentes interpretações sobre as transformações nos seus valores e práticas sociais, em um período que decorre do último quarto do século XX até o século XXI.

A partir da sua concepção tradicional, considerava o casamento como a formação da família, até o novo conhecimento de família unipessoal, perpassando pela união estável, pela família monoparental e pela família anaparental, são diversas as realidades sociais que demandam a denominação de família.

Entendia-se que família era ligada a dois pontos principais: casamento formal e consanguinidade (constituídos de pai, mãe e filhos). Entretanto ao longo dos anos, com a mudança na realidade social veio com ela uma nova concepção de família, se desvinculando dos modelos que se originaram baseados no casamento. As novas concepções vêm sendo pautadas em valores, afetividade, amor e carinho.

Segundo Ventura (2010), a diversidade dos modos de conceber e definir a família tem pelo menos duas causas: a primeira tem a ver com as diferenças culturais e de valor, a segunda com os níveis de discursos - religiosos, morais, legais, das tradições culturais, das políticas sociais, até à específica tradição de cada família, de cada indivíduo.

Podemos observar que os modelos familiares atuais estão se desprendendo do casamento formal. Além do que, famílias que eram extensas no número de membros, foram dando lugar a modelos de famílias menores e restritos, com componentes reduzidos.

Com as transformações que vem ocorrendo na sociedade ocidental nos últimos cinquenta anos, atualmente temos diferentes tipos de famílias, e diferentes formas que estão evoluindo. Essas famílias podem ser monoparental, homoparental, multiparental, homoafetividade, eudemonista, pluriparental e nuclear. Abaixo suas definições.

- *Família Monoparental*: ocorre quando apenas um dos pais de uma criança arca com as responsabilidades de criar o filho ou os filhos.
- *Família Homoparental*: são famílias de pessoas de orientação sexual homossexual exercem a parentalidade, sejam homens ou mulheres.
- *Família Multiparental*: são famílias composta por duas mães e um pai, ou dois pais e uma mãe.
- *Família Homoafetiva*: são duas pessoas do mesmo sexo que são reconhecidas como instituição família.
- *Família Eudemonista*: família que busca a realização plena de seus membros, caracterizada pela comunhão de afeto recíproco, a consideração e o respeito mútuo entre os membros.

- *Família Pluriparental*: constituída do matrimônio ou da união de um casal, onde ambos de seus membros possuem filhos advindos de um casamento ou de relações anteriores.
- *Família Nuclear*: é apenas a mãe, pai e filhos.

Essas mudanças pelas quais a sociedade vem passando acabam afetando o modo de pensar sobre o significado de família. Seria inimaginável há 30 anos pensar ou cogitar uma família constituída por casais do mesmo sexo.

Silvio Neves Baptista (2014, p. 26) expõe que:

“Com o surgimento da industrialização, ocorreu o processo de urbanização acelerada e o surgimento de movimentos de emancipação das mulheres. Daí em diante ocorreu profundas transformações econômicas e sociais, consequentemente comportamentais, que puseram fim à instituição familiar nos moldes patriarcais.”.

Com a revolução em nossos padrões culturais, sociais econômicos os novos arranjos familiares tem sido um processo natural e inevitável. Esses arranjos se resultam dos novos tempos e formas de se viver sociedade, e a tendência é que novos modelos de família surjam em nossa sociedade com o passar dos anos.

Entendemos que atualmente o modelo de família tem sido alterado, como podemos nos deparar com famílias com a sua composição de um marido, mulher e ambos terem filhos de relacionamentos anteriores, e terem filhos em comum.

Outro modelo de família são as chefiadas por mulheres, esse modelo é uma mudança que ocorre aos valores da mulher na sociedade e a fatores como o ingresso ao mercado de trabalho e o aumento da escolaridade em nível superior. Com a pós-modernidade as mulheres mudaram o seu posicionamento provocando renovação na forma de se posicionar na sociedade, esse modelo de família vem crescendo muito na atualidade.

É importante salientar o conceito de família através da Constituição Federal de 1988, onde o parágrafo 3º, do artigo 226 reconhece a união estável certifica a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar.

Mesmo com todas as transformações que vem ocorrendo no conceito de família, ela continua sendo de fundamental importância nos vínculos afetivos e no processo de humanização do indivíduo.

A família é considerada a base da sociedade, conforme alude o art. 226 da Constituição Federal de 1988.

É importante ressaltar que a família é incumbida pela proteção física, social, econômica e dos cuidados cotidianos dispensados aos seus membros, principalmente nas situações de doenças.

2.5.1. Os Desafios Familiares e Intrafamiliares diante do Diagnóstico

A família é o primeiro e o mais importante agente socializador para o desenvolvimento da criança, uma boa interação entre família e escola proporciona uma maior compreensão das necessidades, interesses, habilidades e potencialidades da criança e adolescente com deficiência, juntas família e escola formam o alicerce da sociedade.

Segundo Carvalho (2004) a educação tem um papel fundamental na produção e reprodução cultural e social e começa no lar/família, lugar da reprodução física e psíquico cotidiano cuidado do corpo, higiene, alimentação, descanso, afeto, que constituem as condições básicas de toda a vida social e produtiva.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º discorre:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Devemos destacar que família é um lugar de afetividade e segurança, em contrapartida, é um local de medo, incertezas, preconceitos, rejeições, e até mesmo de violência.

Quando recebem a notícia da chegada de um filho, sabemos que os pais não estão esperando uma pessoa com deficiência, ao contrário, estão à espera de um filho sem deficiência, e com a vinda deste novo membro criasse muitas expectativas que acabam morrendo quando se deparam com a deficiência na criança.

A família tem um papel importante de acolhimento desse novo integrante, pois terá como resultado uma melhor evolução quando entrar em contato com o ambiente escolar. Mas ainda temos muita relutância por parte dos pais, pois não acreditam no potencial e no desenvolvimento de filho com deficiência.

Carvalho (1997) destaca que para haver um modo de aprendizado se faz necessário que o indivíduo queira e que seus familiares acreditem e o apoiem a tal atitude.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal: [...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998).

Pais de crianças com deficiência não estão preparados para enfrentar situações como o preconceito e discriminação, do que aqueles que têm filhos ditos normais. Entretanto, a sociedade e a escola, costumam a cobrar dos pais um comportamento e conhecimento que vai além do que eles possam apresentar quando se deparam com as especificidades de pessoas com deficiência.

Alguns sentimentos próprios dos pais vão surgindo, como a criança perfeita que era esperada não veio surgem o sentimento de culpa, lamentação, decepção e descrença. As mães se culpam na maioria das vezes, pois acham que deveriam ter se cuidado mais durante a gestação. Pode ocorrer o sentimento de medo nos pais, sentimento esse que é gerado pelo que é desconhecido, no qual chegam a pensar que não haverá escola para seus filhos e até mesmo que poderão ser rejeitados pela sociedade.

É neste instante que a escola precisa reconhecer esse momento pelo qual os pais estão passando para que possam dar todo o auxílio necessário, fazendo os entender e a superar esta fase, os levando a aceitar seu filho com muito otimismo e muito amor.

Cambruzzi (1998, p. 90) em seu trabalho, afirma que:

é importante notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois, as crianças demonstravam que estavam desenvolvendo autonomia, conscientização do outro e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais e, coletivamente, favorecem a mudança de visão, ainda distorcida, que a sociedade tem a respeito do deficiente.

Fazer a aproximação da família e escola não é uma tarefa fácil, sabendo-se que a insegurança e incertezas por falta de esclarecimento sobre a educação especial, suas ações educacionais, restrições e dimensão. Para que essa parceria

possa ser firmada por ambas as partes, se faz necessário à devida compreensão, especificamente quando se trata da família do aluno com deficiência.

A relação família-escola não deve isentar os pais de suas responsabilidades, deixando somente para a escola a educação de seus filhos, e nem a escola deixar de ser responsável pelo processo de aprendizagem do aluno. E a participação dos pais na educação dos filhos gera um melhor rendimento escolar.

CAPÍTULO III – PESQUISA DE CAMPO

3.1 Metodologia

A metodologia é de fundamental importância para a construção da pesquisa de monografia, tem como objetivo abordar procedimentos que precisam ser seguidos para a realização da pesquisa.

A metodologia é definida como um conjunto de procedimentos que servem objetivos de como instrumento para alcançar os objetivos esperados de uma pesquisa, ou seja, um conjunto de técnicas e abordagens, utilizadas para formular e resolver problemas encontrados nas pesquisas, de maneira sistemática, comprometida e com bases teóricas metodológicas

Segundo Severino (2000), a metodologia instrumentaliza quanto aos procedimentos a serem tomados na pesquisa, “possibilitando acesso aos caminhos do processo científico”, além disso, ela visa, também, promover questionamentos acerca dos limites da ciência sob os aspectos da capacidade de conhecer e de interferir na realidade.

Assim sendo a metodologia viabiliza o sustento e organização para que os objetivos traçados sejam alcançados com êxito, buscaremos uma aproximação sucessiva da realidade dos profissionais, das crianças/ adolescentes e da família, fazendo uma combinação particular entre teoria e prática.

3.2 Método

O método de conhecimento utilizado para realização da pesquisa será o método dialético crítico marxista nos possibilitando compreender a totalidade e os movimentos das relações sociais, desvendando as particularidades da realidade social, para conhecermos a realidade da Instituição Albert Sabin e dos usuários.

[...] o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis. (BONI; QUARESMA, 2005 p.70).

Embasados nos estudos da teoria Marxista buscaremos analisar as particularidades das políticas sociais para as crianças e adolescentes com deficiência em um contexto contemporâneo.

3.3 Tipos de pesquisa

A pesquisa realizada parte de um pressuposto metodológico de natureza descritiva, bibliográfica e exploratória e com uma abordagem qualitativa, que implica na análise das adversidades de demandas e fatores sociais complexos, que trabalha com o universo de significados que visam compreender as relações, investigar a inclusão escolar no ensino regular, a acessibilidade às políticas de saúde.

As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1999) visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo e permitem que o pesquisador aumente sua experiência em torno de determinado problema, objetivando encontrar elementos necessários que a partir do contato com uma população obtenha os resultados desejados.

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2003) é o caminho do pensamento a ser seguido e nos proporciona conhecer a realidade, pois busca uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma ligação viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

3.4 Universo/Amostra

No presente trabalho daremos destaque a realização de entrevista com a equipe interdisciplinar da Escola Municipal Albert Sabin, que possui em seu quadro de 12 (doze) profissionais, sendo eles: dez professores, dois psicopedagogos e dois pedagogos educacional e o ambulatório Alberta Sabin, que possui uma equipe multidisciplinar composta por seis profissionais sendo eles: uma Assistente Social, um psicopedagogo, uma psicóloga, um fonoaudiólogo, um terapeuta ocupacional e 01 um fisioterapeuta.

Somente participaram da entrevista três profissionais, visto que a equipe nos alegou não possuir disponibilidade de tempo para responder ao questionário sugerido onde somente uma Assistente Social, um psicopedagogo e um professor nos apresentaram resposta a pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa será realizada com a equipe pedagógica e de saúde da Escola e Ambulatório, ambos localizados no Município Belford Roxo.

3.5 Instrumento/Procedimento

Como instrumento de pesquisa utilizamos um questionário para a realização da coleta de dados, constituído por uma série de quatro perguntas ordenadas, que devem ser respondidas por escrito através da entrevista direcionada pelo pesquisador.

A entrevista é uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador tem um contato mais direto com a pessoa, no sentido de se inteirar de suas opiniões acerca de um determinado assunto.

Ribeiro (2008 p.141) trata a entrevista como:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

De acordo com Salvador (1980) *apud* Ribeiro (2008), a entrevista tornou-se, nos últimos anos, um instrumento do qual se servem constantemente, e com maior profundidade, desta forma, a entrevista utilizada com finalidade de pesquisa social, onde é um instrumento que extrair uma quantidade muito grande de dados e informações que possibilitam um trabalho bastante rico.

Para Gil (1999), a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais. Tendo em vista esta flexibilidade buscaremos realizar as entrevistas com a equipe multidisciplinar, em horários combinados conforme a disponibilidade de cada profissional.

Em tempo também iremos utilizar O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, sendo este um documento básico e fundamental que deve informar e esclarecer sobre a finalidade e objetivos desta pesquisa, bem como sobre a utilização das informações exclusivamente para fins científicos, deve ser informado

ao entrevistado, sua colaboração é importante e necessária para o desenvolvimento da pesquisa, porém sua participação é voluntária.

3.6 Análise de Dados

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, utilizamos como metodologia, a entrevista semiestruturada, onde indagamos a equipe técnica que atua na Escola Municipal Albert Sabin e no ambulatório Alberta Sabin com algumas inquietações que buscavam compreender melhor o trabalho realizado neste âmbito.

No que se tange às entrevistas, tivemos uma boa receptividade por todos os profissionais, visto que todos acreditam no projeto de inclusão social promovido pelas Instituições e trabalham arduamente para a materialização do mesmo, e acima de tudo busca para que as pessoas com deficiência tenham seus direitos viabilizados por meio da promoção e ampliação da cidadania.

Pontuamos uma dificuldade para a realização da coleta de dados, pois nem todos responderam ao nosso questionário, e aos profissionais que responderam observamos que os mesmos compreenderam a importância desta pesquisa, fazendo também com que tenhamos um maior aprofundamento sobre a temática, visando que este estudo, possa contribuir e instigar próximos trabalhos sobre o assunto, no sentido de continuar a discussão sobre a temática desenvolvida.

3.6.1 Eixo 1 - Os desafios enfrentados pela equipe interdisciplinar no âmbito institucional diante da articulação com a busca de recursos para o âmbito do desenvolvimento do processo de intervenção.

O trabalho com pessoas com deficiência, para os profissionais de Serviço Social é vista como um desafio profissional por conta das vulnerabilidades sociais e econômicas apresentadas como demandas diárias. É necessário que esse profissional conheça as políticas que norteiam a área e as referências específicas como as principais patologias, para compreender o contexto o qual está inserido.

Segundo Martinelli (2007, p.23) o assistente social trabalha com pessoas vulnerabilizadas que pedem um gesto humano: um olhar, um sorriso, uma palavra, uma escuta atenta, um acolhimento, para que possam se fortalecer na sua própria humanidade.

“Um dos desafios é a busca por uma prática que contemple as ações conjuntas das equipes de saúde e educação como forma de proporcionar a atenção integral à criança/ adolescente com deficiência. Através do estabelecimento de projetos e ações em parcerias.” Entrevistado B

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundamentação enquanto especialização do trabalho. A atuação profissional deve estar pautada em uma proposta que vise o enfrentamento das expressões da questão social que nos refletem diversos níveis de serviços que se organizam a partir de ações de média e alta densidade tecnológica (CFESS, 2011 p. 20).

A inserção do assistente social vem sendo escrita ao longo dos anos, e é caracterizada por um profissional que, articula o recorte social nas diferentes formas de promoção de saúde, identificar causalidades e multiplicidade dos fatores que afetam a qualidade de vida da população.

Assim, o Assistente Social embora tenha teoricamente a habilidade para o trabalho interdisciplinar, depara-se na prática com uma série de desafios para que o trabalho interdisciplinar ocorra de fato. Mas é através da vivência desses conflitos e habilidades e do compromisso com a educação continuada, que o profissional poderá construir metodologias para um trabalho interdisciplinar efetivo.

Outro desafio é a necessidade de capacitação/qualificação profissional continuada para atuação junto a este público alvo. Favorecendo um atendimento de acordo com as demandas apresentadas. Entrevistado B

O processo de formação de equipes interdisciplinares deve ter em conta o objeto de estudo e que disciplinas contribuirão na produção de conhecimento sobre esse objeto. A partir daí, o trabalho interdisciplinar poderá responder as questões apresentadas, de modo que estas respostas sejam mais efetivas que as respostas dadas por uma produção de conhecimento fracionada, geradora de soluções fragmentadas.

Para efetivar a chamada interdisciplinaridade é fundamental para qualquer profissão ater-se para o fato de que não se encontra isolada de outras profissões, além disso, ter a plena consciência de que para bem interagir com as mesmas, é sempre necessário saber definir e ser competente em seu campo. Este é um elemento fundamental para que haja, de fato, troca entre os saberes –o que define a equipe interdisciplinar (Carvalho, 2012)

Como o trabalho interdisciplinar é um processo em construção, realizar o registro dos esforços empreendidos constitui-se uma ferramenta para análises, discussões e criação de uma metodologia que possa auxiliar tanto a própria equipe em trabalhos subsequentes, como também a outras equipes. Diante de questões como a definição de conceitos, do objeto de estudo, da colaboração das disciplinas, da interlocução entre a equipe e a realidade estudada, da comunicação dos resultados, da formulação de respostas, por vezes interventivas, o registro do processo de trabalho interdisciplinar é de fundamental importância.

“As práticas multiprofissionais que garantam a inclusão das pessoas com deficiência de maneira geral têm como desafio também a necessidade de ter clareza dos aspectos éticos e políticos que envolvem efetivamente o acesso a saúde e educação e as políticas públicas que garantem a efetiva atenção integral.” Entrevistado B

Com isso, entendemos que é possível a atuação interdisciplinar do assistente social na equipe multidisciplinar no âmbito da educação e da saúde, visto que o profissional deve manter o diálogo e olhar diferenciado.

Não pode se caracterizar como uma prática por conta da intervenção no campo social. Podemos evidenciar as dificuldades do ser humano em conviver com as diferenças, sendo necessário ir além de si mesmo e reconhecer no outro uma possibilidade de superação.

É fundamental planejar suas ações e intervenções baseadas na ética e no compromisso com o usuário. Visando a qualidade dos serviços prestados à população.

3.6.2 Eixo 2 - Os impactos dos projetos sociais e como as políticas públicas vêm contribuindo na vida dos usuários.

Com a Constituição Federal de 1988, o assunto pessoa com deficiência, foi definitivamente inserido no marco legal, de forma abrangente e transversal. No Capítulo II da Constituição, que trata dos Direitos Sociais, o inciso XXXI do artigo 7º proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência. O artigo 23, inciso II, prevê que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios tratarem da saúde e assistência pública, da proteção e da garantia dos direitos das pessoas com

deficiência. O artigo 24, inciso XIV, define que é competência da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência. A reserva de percentual de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência é tratada no artigo 37.

Para tanto, uma das entrevistadas afirma:

“Ainda é muito grande a luta por projetos sociais e políticas públicas que façam valer verdadeiramente hoje direitos desses usuários, pois eles ainda sofrem bastante com a falta de respeito com o precoce preconceito e com a falta de acessibilidade no seu dia a dia.” Entrevistado A

No tocante à Saúde, o texto constitucional define saúde como um direito de todos e dever do Estado e garante o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Os termos “habilitação” e “reabilitação” das pessoas com deficiência surgem na seção da Assistência Social, artigo 203, assim como a promoção de sua integração à vida comunitária.

No que tange a Educação, artigo 208, é garantido o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A criação de programas de prevenção e atendimento especializado bem como de integração social do adolescente com deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos, são tratados na Seção da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, artigo 227. Ainda nesse artigo, a Constituição remete à regulamentação posterior a elaboração de normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência.

As políticas públicas e os avanços tecnológicos terem possibilitado à pessoa com deficiência melhorias em suas condições de vida, é importante não perder de vista que a ideia de inclusão está imersa na realidade de exclusão, um dos modos de sair do estigma (inclusão pela exclusão) é a crença nas potencialidades das pessoas com deficiência, e a melhor forma de exercer essa crença é por meio do trabalho. Esse se configura como principal balizador dos processos de inclusão e de possibilidade de caracterização das pessoas com deficiência como ativas na sociedade. A inclusão, nesse sentido, refere-se à garantia de direitos, de tal modo:

“O acesso a políticas públicas que privilegiem a atenção integral as pessoas com deficiência tem impacto direto a sua inclusão aos vários âmbitos da vida em sociedade.” Entrevistado B

Necessário se faz necessário que as políticas públicas estejam preparadas para responder aos desafios desenhados por tal quadro em pleno século XXI, garantindo a todos, em tempos de inclusão, a participação nas diferentes instâncias de debate e de tomada de decisões da sociedade, tendo disponível o suporte que for necessário para viabilizar essa participação. Não haverá inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva, porquanto, realmente democrática. Conforme nos ensina Bobbio (1990, p. 52): “Sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados, mas contíguos, distintos, mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e sua articulação interna”.

3.6.3 Eixo 3 - Fatores que provocam a evasão escolar e os desafios enfrentados pela equipe.

Ao longo da história, verifica-se que a educação especial esteve marcada, inicialmente, pela segregação e exclusão. As pessoas com deficiências eram, muitas vezes, ignoradas, abandonadas, encarceradas e até mesmo eliminadas. Num segundo momento, reconheceu-se que essas pessoas possuíam certas capacidades, ainda que limitadas, entre elas a de aprender. No entanto, predominou por longos períodos da história um olhar de tutela em relação a esses sujeitos, e a prática para com as pessoas com deficiência passou da rejeição à “proteção”, utilizando-se para tanto de asilos e abrigos dos quais essas pessoas raramente saíam, além de receberem tratamento e práticas inadequadas, destaca FRANÇA (2014).

A educação é fundamental para a formação de qualquer indivíduo, portanto, os fins da educação especial devem ser os mesmos da educação geral: a autorrealização, a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania.

No entanto, percebe-se que nas escolas que a educação direcionada para os alunos com deficiência ainda segue a lógica dos interesses políticos e econômicos. Assim, centralizada na lógica do lucro, que cultua a produtividade, a eficiência, a competitividade, e tem uma visão deturpada a respeito dos alunos com deficiência como inúteis, incapazes, improdutivos. Para que essa situação se reverta, precisamos

continuar denunciando as injustiças sociais e o modelo político-econômico que as produz e reproduz. Enfim, a escola terá de buscar novos posicionamentos diante dos processos de ensino e aprendizagem, orientados por concepções e práticas que atendam à diversidade humana. (FRANÇA, 2014; REGO, 1995).

Nesta perspectiva observamos que a evasão escolar se delineia de forma pungente, assim concordam as entrevistas, como citado abaixo:

“São diversas as causas e fatores que provocam a evasão escolar uma delas é a falta de interesse desses alunos nos conteúdos apresentados na escola e muitas das vezes a falta de comprometimento da família.” Entrevistado A
 “A falta de informação por parte, da família, profissionais despreparados e a busca por inabilidade entre as crianças, profissionais e familiares.” Entrevistado C
 “Além disso, a necessidade de qualificação /capacitação profissional e de unidades escolares estruturadas para atendimento as demandas das pessoas com deficiência favorecendo sua inclusão e evitando a evasão escolar.” Entrevistado B

Segundo Rego (1995, p. 118), “a escola deve ser um espaço para transformações, as diferenças, os erros, as contradições, a colaboração mútua e a criatividade.” Dessa forma, precisa-se de uma escola que não tenha medo de arriscar, que tenha coragem para criar e questionar o que está estabelecendo, em busca de rumos inovadores, necessários à inclusão.

A inclusão dos alunos com deficiências nas escolas comuns está consagrada nos textos legais, entretanto, a educação inclusiva não se esgota na observância da lei que a reconhece e garante, mas requer uma mudança de postura, percepção e de concepção dos sistemas educacionais. Isso implica ampliar o conceito de educação especial e trabalhar para e pela diversidade, reformular os princípios, metas e currículos das escolas dentro da ótica inclusiva, instrumentalizar todos os estudantes, sejam eles considerados “normais” ou “deficientes”, para inserção e atuação na sociedade, exercendo assim a cidadania.

No entanto, somente quando toda a sociedade e não apenas os profissionais, que lidam com esse público se mobilizarem, é que serão extintas as práticas segregacionistas que ao longo da história marginalizaram e estigmatizaram pessoas com diferenças individuais acentuadas.

3.6.4 Eixo 4 - Elementos que impactam no âmbito familiar, intrafamiliar e comunitária após o diagnóstico e qual aparato da sociedade para lidar com uma família que tem um filho com deficiência.

A sociedade tem passado por mudanças, transformações estas que afeta intrinsecamente as famílias. A escola também tem procurado se adaptar a essas mudanças, mas o que urge nos é a interação entre ambas, promovendo uma maior eficiência na educação e ensino das crianças.

“Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência” (OSORIO, 1996, p.82).

A escola como detentora do conhecimento científico deve fornecer e promover nessa relação, todo seu cabedal de conhecimento de forma que esse esforço leve em consideração os aspectos particulares da situação social e cultural hora vigente, e que influenciam de forma decisiva o equilíbrio familiar.

Por sua vez as famílias, responsáveis pelo desenvolvimento social e psicológico de seus filhos, devem buscar a interação com a escola, promovendo, questionando, sugerindo e interagindo de forma a fornecer elementos que através de discussões e ampla comunicação com os educadores promovam as iniciativas que vão de encontro às necessidades dos educandos.

Desta forma, o entrevistado C reconhece:

o dia-a-dia da vida escolar estabelece as primeiras relações sociais, afetivas e cognitivas fora do ambiente familiar. Visto assim, é um cotidiano a ser explorado, permeado de inúmeros desafios, que pode se constituir como um ambiente favorável para criar interações em prol de várias formas de aprendizagem. No entanto, o ingresso na vida escolar é acompanhado das mais variadas tramas vivenciais, desde situações que ensejam a socialização e a aprendizagem em primeira instância, como aquelas geradas pela necessidade de afastar precocemente as crianças pequenas dos cuidados familiares. A inserção no ambiente educativo infantil, segundo cenário das relações sociais da criança, é o momento em que, geralmente, ocorrem as primeiras interações com outras pessoas, quando o sujeito, ao expor-se a outros desafios, diversifica seu processo de socialização com a possibilidade de desenvolver novas habilidades.

A rede de apoio familiar favorece a formação de vínculos e estruturação da vida da pessoa com deficiência ampliando suas possibilidades a partir da autoestima

advinda da afetividade. Esta rede, não pode, portanto, ser ignorada no referente ao desenvolvimento e à socialização dessa criança.

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/ exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões considerados normais. De formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentada no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, ocorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização e produção de desigualdades, que fazem distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

Para que se possa construir uma sociedade inclusiva é preciso antes de qualquer coisa, haver toda uma mudança no pensamento das pessoas e na estruturação da sociedade, isso requer certo tempo, mas, é a real aceitação das pessoas com necessidades especiais que irá nortear e desencadear essas mudanças e, essa aceitação deve começar pela própria família.

Esta inclusão no campo educacional envolve um processo de reforma e reestruturação da instituição escolar como um todo, para que todos possam ter acesso a todas as oportunidades oferecidas pela escola.

“A falta de acessibilidade e adaptações para que essas pessoas com deficiência possam fazer parte dessa sociedade com (os) mesmos direitos de todos [...] respeitando suas diferenças e oferecendo suporte para que eles tenham melhores qualidade de vida com adaptações recursos acessibilidade enfim. Enfim respeitar as pessoas com deficiências é ter uma série de cuidados para que elas não sejam excluídas do convívio social.” entrevistado A

A escola inclusiva pressupõe que todas as crianças possam aprender e fazer parte da vida escolar e social. Há a valorização à diversidade, a crença de que as diferenças fortalecem a todos os envolvidos. No qual a busca pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito de todos os

alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Desta forma, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

“É importante a criação de serviços para atendimento, além da qualificação e investimento na gestão e funcionamento dos serviços existentes.

Estruturar os serviços oferecidos em função da demanda desses usuários e suas famílias, fugindo da atenção fragmentada e da baixa qualidade, privilegiando a atenção integral, garantindo o acesso e consequentemente a inclusão.

É importante também a divulgação de informações e a discussão ampla na sociedade acerca das questões que perpassam o cotidiano dessas famílias, como forma de contribuir para a efetivação de uma Política pública de atenção integral a pessoa com deficiência.” Entrevistado B

Cury (2003, p.54), destaca a importância do trabalho a ser realizado pela escola de forma conjunta com as famílias, quando afirma: “Pais e professores são parceiros na fantástica empreitada da educação”, pontua também a questão de os pais nunca desistirem de seus filhos assim como os professores nunca devem desistir de seus alunos, bem como, a escola devem aproximar-se a cada dia mais das famílias de seus alunos e formar com elas um trabalho de parceria.

O trabalho com a família e o estímulo ao seu envolvimento constitui um fator decisivo no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, sendo indispensável para a construção da individualidade do sujeito como participante ativo da sociedade. Contudo, esse processo requer, para sua efetivação, a ação de múltiplos esforços e a participação de todos os segmentos da sociedade, de modo a se promover uma verdadeira mudança cultural em relação à diversidade e às potencialidades humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objeto de análise os impactos do trabalho interdisciplinar realizado tanto na Escola Municipal Albert Sabin quanto no ambulatório da Instituição na atenção a promoção de inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência cognitiva.

Em suma, a política de educação não deve criar maiores entraves legislativos, mas sim de conferir ampla eficácia social aos preceitos vigentes, no ECA e, sobretudo, na Constituição Federal. Embora o ideal fosse que educação inclusiva, busque a promoção social das pessoas com deficiência.

Nesse debate é importante ressaltar que as duras violações de direitos sofridas pelas pessoas com deficiência vão para além da falta de políticas de atenção eficazes.

O trabalho se propôs a relatar uma experiência e a trazer uma reflexão acerca da importância do trabalho realizado na Escola Municipal Albert Sabin e no ambulatório Albert Sabin no atendimento às pessoas com deficiências.

Buscamos evidenciar os direitos garantidos pela legislação vigente as pessoas com deficiência, fazendo um resgate histórico dos pontos relevantes no processo de implementação da Educação Inclusiva no Brasil, e evidenciando esta enquanto direito social. Evidencia também como o Serviço Social pode contribuir no processo de inclusão de pessoas com deficiência na Escola a partir do alinhamento entre o projeto ético político profissional e as premissas da Educação Inclusiva.

Para tanto, observa-se que o profissional de Serviço Social inserido na Instituição tende a atuar com a criatividade e originalidade diante das demandas que emergem em seu ambiente de trabalho, visto que seu campo de atuação e as suas possibilidades de intervenção se encontram totalmente delimitadas, principalmente no que tange o trabalho ambulatorial, visto que o mesmo propõe por muito apenas a orientação à demanda atendida.

Diante do exposto é possível perceber que a equipe interdisciplinar desempenha um papel importante na Escola Municipal Albert Sabin e no ambulatório. Os profissionais entrevistados demonstram grande comprometimento com a população atendida, e têm desenvolvido um trabalho embasado num Projeto Ético-Político.

Acredita-se que tal comprometimento é fundamental para o provimento das necessidades básicas de cada indivíduo e de sua família, garantindo um mínimo de

dignidade para a vida dessas pessoas. Os projetos desenvolvidos pelos profissionais procuram diminuir as situações de vulnerabilidades sociais, as fragilidades nos vínculos afetivos e potencializar a construção de uma rede de apoio social e de inclusão.

Conclui-se que, compreender a relevância dos profissionais na educação inclusiva é pensar em intervenções que garantam os direitos desses alunos, porém englobam grandes desafios ainda a serem enfrentados, e que os usuários da Política Educacional possam ter embasamento para uma educação de qualidade, e que seja para promover a sua inclusão e permanência. É preciso pensar em mecanismos que possam avançar cada vez mais ao se tratar de educação, mas em uma educação que seja inclusiva, torna-se então necessário que em âmbito educacional aconteçam avanços em termos de recursos humanos e financeiros que possibilitem efetivar essa inclusão, no qual os estudantes portadores de necessidades especiais desenvolvam atividades comuns aos demais alunos.

As possibilidades de intervenção é pensar em ir além do ambiente escolar, que o profissional além de acompanhar e encaminhar as situações atuais que as escolas vivenciam e enfrentam, dentre eles a evasão dos estudantes na escola, as diversas formas de violência, a ausência dos pais ao se tratar de acompanhar seus filhos no processo de estudo, a falta de estrutura, no caso, a falta de acessibilidade ainda existente e conseqüentemente das condições para o acesso e a permanência na escola dos alunos que necessitam de todos esses suportes, encontre os espaços e participe ativamente do planejamento e da implementação da Política de Educação em prol do seu fortalecimento, em especial a inclusiva para que seu acesso seja de forma concreta e permanente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. De JK a FHC: Apontamentos para Análises das Lutas Sociais no Brasil Contemporâneo. In: OURIQUES, Nildo Domingos e RAMPINELLI, Waldir José – organizadores. No fio da navalha: Crítica das reformas neoliberais de FHC. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 1998:47.
- ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.
- AMARANTE, Paulo (org.). Psiquiatria Social e reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1994.
- AMARANTE, Paulo. (coord.). Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1995.
- AMARANTE, Paulo. Retrocessos à vista no campo da saúde mental no Brasil. Revista Eletrônica Ecodebate: Cidadania e Meio Ambiente. Disponível em: Acesso em: 22 abr. 2016.
- AMARANTE, Paulo. Rumo ao fim dos manicômios.Revista Mente & Cérebro, v. 164, p. 30-35, 2006.
- AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. A constituição de novas práticas no campo da atenção psicossial: análise de dois projetos pioneiros na Reforma Psiquiátrica no Brasil. Saúde em Debate, v. 25, n. 58, p. 26-34, 2001.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. História da Educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.
- BEHRING, Eliane Rossetti. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, 2003, n. 73, p.101-19.
- BISNETO, José Augusto. Serviço social e saúde mental: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007. BRASIL. Lei n. 180, de 13 de maio de 1978, que dispõe de ações nos “Controles e tratamentos sanitários voluntários e obrigatórios”. Disponível em: Acesso em: 7 jan. 2016
- BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

BONI, Valdete e Sílvia Jurema Quaresma. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976> Acesso em 12/11/18

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. Reforma Sanitária e projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate. In: BRAVO, M. I. S. et al. (Orgs.). Saúde e Serviço social. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 25-47.

CARVALHO, Rosita Edler. Temas em educação especial. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

CARVALHO; Fabiana Aparecida; O Serviço Social e a interdisciplinaridade; Revista Diálogos, vol. 18; n.2; ano 2012. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewArticle/3915> Acesso 06 em maio de 2019.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MOTA, Normaston Rodrigues. Considerações sobre a relação entre descentralização e intersetorialidade como estratégias de modernização de prefeituras municipais. Revista E & G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 23-41, dez. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética do assistente social. 10. ed. Brasília: CFESS, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Brasília: CFESS, 2010.

D' AMARAL, Marcio Tavares. Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença. IBDD, 2008.

de um modelo de gestão municipal. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV, v. 3, n. 3, mar-abr, 1998. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/12980>

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão / Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

DUPAS, G. (1999). Economia global e exclusão social: pobreza, desemprego, estado e o futuro do capitalismo (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Paz & Terra

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: v. 4: A família / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 17 p. 2004

EDUCAÇÃO para todos: o compromisso de Dakar. Brasília: UNESCO/ CONSED, 2001. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127509>. Acesso em 20/03/2019.

Erinaldo Matias Nicacio, José Augusto Bisneto (A prática do Assistente Social na Saude Mental, editora UFRJ-Brasil 2015)

FIGUEIRA, D. G. História - Questões do Enem e de Vestibulares de todo Brasil - Volume único. 2. ed. São Paulo: Ática. 2005.

FOUCAULT, Michel.A constituição histórica da doença mental. doença mental e Psicologia, p. 49-60, 1975.

FRANÇA, S. D. *Inclusão de alunos com NEE no ensino superior*: um estudo de caso na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Programa de Doutorado em Ciências da Educação, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2014.

FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento econômico: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GERMANO, José Wellington. Estado Militar e Educação no Brasil. São Paulo. Cortez. 1994.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Disponível em:<http://www.cedeps.com.br/wpcontent/uploads/2009/06/YolandaGuerra.pdf>

Acessado em 12/11/2018

RevistadePsicofisiologia,1(1),1997http://labs.icb.ufmg.br/lpf/revista/revista1/volume1_loucura/cap1.htm.

INCLUSÃO ECONÔMICA - cartilha de orientação para o atendimento a pessoas com deficiência. <http://www.institutoparadigma.org.br>

A MUDANÇA DE BASE <https://educacaoinfantil.aix.com.br/conheca-as-mudancas-na-educacao-infantil-para-2018/>

POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: um olhar sobre a educação superior

<https://jus.com.br/artigos/49835/politicas-publicas-e-inclusao-social-no-brasil-um-olhar-sobre-a-educacao-superior>.

ENTRE LOUCOS E MANICÔMIOS: História da loucura e a reforma psiquiátrica no brasil <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/viewFile/1797/1067>

Marina S. R. Almeida- Consultora Ed. Inclusiva, Psicóloga Clínica e Escola
<https://www.institutoinclusaobrasil.com.br/deficiencia-intelectual-ou-atraso-cognitivo/aceso>

IAMAMOTO, Marilda V. e Carvalho, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. São Paulo, Cortez/CELATS, 10ª edição, 1995 José Augusto Bisneto n.32(2), 1998

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INOJOSA, R. M. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. In: Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro: Fundação Getulio vargas.n.32(2), 1998

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Descentralização e intersectorialidade: a construção LIMA, Maria Socorro Lucena; GOMES, Marineide de oliveira. Redimensionando o papel dos profissionais da educação: algumas considerações. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. (Org.) -2 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PASTORINE, Alejandra 2004(A categoria “Questão Social em debate” cortez editora. PAULO NETTO, José; A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social; Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional; Brasília; 2010. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-1.pdf. (acesso em 10 de maio de 2012)

REGO, T. C. Vygotsky: uma aprendizagem histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. O trabalho do serviço social nos serviços substitutivos de saúde mental. Serv. Soc. Soc, n. 102, p. 339-351, 2010.

SANFELICE, José Luís. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, Editora WVA, 1997.

SHIROMA, E. O. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. Quaestio. v. 7, n. 2, p. Quaestio 97-111, 2005.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VASCONCELOS, Ana Maria de et al. Profissões de saúde, ética profissional e seguridade social. In: BRAVO, Maria Inês Souza (Org.). Saúde e serviço social. 3. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007.p. 48-76.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ANEXO A



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012),

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: Qual a importância e a contribuição do trabalho realizado pela equipe multidisciplinar do Ambulatório Albert Sabin e na Escola municipal Albert Sabin na promoção da inclusão educacional das crianças e adolescentes com deficiência cognitiva. Localizadas no município de Belford Roxo. Você foi selecionado por fazer parte da Equipe interdisciplinar inserida nas instituições acima citadas e sua participação não é obrigatória, sua participação nesta pesquisa consiste em conceder uma entrevista com questões previamente elaboradas sobre a temática deste estudo. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição envolvida no processo.

Os objetivos deste estudo são: Identificar as ações intersetoriais realizadas pela equipe do Ambulatório Albert Sabin e da Escola Municipal Albert Sabin; Identificar os desafios enfrentados pela equipe Interdisciplinar da Escola e do Ambulatório no processo de inclusão das crianças com deficiência; Identificar os impactos que as ações intersetoriais provocaram na vida do usuário; Analisar os fatores que provocam a evasão escolar e dos atendimentos no ambulatório das crianças e adolescentes com deficiência cognitiva e a importância e a contribuição do trabalho intersetorial realizado pela equipe multiprofissional do Ambulatório Albert Sabin e da Escola municipal Albert Sabin na promoção da inclusão educacional das crianças e adolescentes com deficiência cognitiva.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em uma entrevista semiestruturada, através do preenchimento de um roteiro. Os riscos da sua participação nessa pesquisa podem se configurar no incômodo em compartilhar informações pessoais e confidenciais, mas caso não se sinta à vontade pode ser recusar a não participar da mesma ou não responder alguma pergunta.

Os benefícios relacionados com a sua participação serão em dar visibilidade ao trabalho realizado pelo ambulatório e a escola no atendimento das crianças e adolescentes com deficiência cognitiva. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados para não possibilitar a sua

identificação de acordo com o código de ética da profissão e o método será o dialético-crítico. Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Aline Souza, Ligia Ribeiro, Pamela Silva, Marijane Ribeiro, Erica Silva de Oliveira (orientadora), no e-mail: erica.silva@unigranrio.edu.br e alinegolgenstein@icloud.com, ou no telefone [21989147984](tel:21989147984) (Aline) e (21) 96454-6071 (Erica).

Erica Silva de Oliveira

Pesquisador Responsável

Aline Souza

Pesquisadora

Pamela Silva

Pesquisadora

Marijane Ribeiro

Pesquisadora

Ligia Ribeiro

Pesquisadora

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizada na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21).2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2018.

Sujeito da pesquisa

APÊNDICE A



Estrutura de Entrevista aos profissionais de Serviço Social

1. Quais os desafios enfrentados pela equipe interdisciplinar no âmbito institucional diante da articulação com a busca de recursos para o desenvolvimento do processo de intervenção?
2. Quais os impactos dos projetos sociais e como as políticas públicas vêm contribuindo na vida do usuário?
3. Quais os fatores que provocam a evasão escolar e os desafios enfrentados pela equipe diante desta?
4. Quais os elementos que impactam no âmbito familiar, intrafamiliar e comunitário, após o diagnóstico e qual o aparato da sociedade para lidar com uma família que tem um filho com deficiência?